



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL**

PAULO HENRIQUE DA SILVA

**O CANGAÇO: UMA ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DO BANDITISMO NAS PÁGINAS
DA IMPRENSA PERNAMBUCANA (1922 – 1926)**

RECIFE – PE

2025

PAULO HENRIQUE DA SILVA

**O CANGAÇO: UMA ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DO BANDITISMO NAS PÁGINAS
DA IMPRENSA PERNAMBUCANA (1922 – 1926)**

Relatório de Trabalho de Conclusão de Mestrado
Profissional em História, da Universidade Católica de
Pernambuco, como requisito para a obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Bittencourt Leite
Marques

RECIFE

2025

- S586c Silva, Paulo Henrique da.
O cangaço : uma análise da ocorrência do banditismo nas páginas da imprensa pernambucana (1922 – 1926) / Paulo Henrique da Silva, 2025.
62 f. : il.
- Orientador: Alexandre Bittencourt Leite Marques.
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2025.
1. Pernambuco - História. 2. Lampião, 1900-1938.
3. Imprensa - Recife (PE) - 1922-1926. 4. Cangaceiros - História.
5. São José de Belmonte - História. I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

PAULO HENRIQUE DA SILVA

O CANGAÇO: UMA ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DO BANDITISMO NAS PÁGINAS DA
IMPrensa PERNAMBUCANA (1922 – 1926)

Profº. Drº. Alexandre Bittenourt Leite Marques- UNICAP

(Orientador)

Profº. Drº. Leandro Nascimento de Souza – UNICAP

(Avaliador Interno)

Documento assinado digitalmente
 TIAGO DA SILVA CESAR
Data: 12/12/2025 18:34:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº. Drº. Tiago da Silva Cesar – UFPE

(Avaliador Externo)

Recife, _____ de _____ de 2025

À minha eterna mãe querida, Damiana Maria da Conceição (In memorian)

Ao meu eterno pai, Lúcio Francisco da Silva (In memorian)

À minha querida sogra, Damiana Miguel da Silva (In memorian)

Meu amado sogro, Agenor Pereria da Silva

À minha amada e querida esposa, Jevani.

Ao meu querido e amado filho, Paulo Júnior.

À minha queridíssima nora, Nathália.

Ao Deus eterno, poderoso, soberano, imortal, a Ele toda glória, para todo sempre, amém!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi fruto de uma intensa pesquisa conduzida ao longo de vários meses, com a valiosa orientação do Professor Doutor Alexandre Bittencourt Leite Marques. Sua paciência e dedicação foram cruciais para a realização deste estudo, permitindo uma abordagem aprofundada e inovadora sobre o tema do cangaço. Agradeço imensamente pelo companheirismo e pelas orientações precisas que me guiaram durante todo o processo. Com o suporte do Professor Doutor Alexandre Bittencourt e apoio do Professor Doutor Tiago César, foi possível apresentar o tema de forma inédita, organizando-o em um formato de almanaque que visa proporcionar uma leitura acessível e informativa. Este trabalho não teria alcançado a mesma qualidade sem a ajuda essencial deles.

Na secretaria da pós-graduação da UNICAP, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Cleyton, um funcionário exemplar, cujo atendimento atencioso e cortês facilitou imensamente todas as etapas administrativas. Além disso, sou imensamente grato aos professores e professoras que, através de suas disciplinas, contribuíram significativamente para a construção do meu pensamento crítico e acadêmico. Em especial, agradeço às Professoras Doutoras Maria do Rosário e Lúcia, assim como aos Professores Doutores Tiago César, Paulo Cadena, Hélder Remígio, Flávio e Walter Valdevino. Esses docentes são exemplos de dedicação e excelência na área de história e tiveram um papel fundamental na minha formação acadêmica e na elaboração deste trabalho.

Agradeço aos meus ilustres companheiros e amigos das 7ª e 8ª turmas do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em História que estiveram comigo ao longo desses dois anos na busca por nossos ideais.

Gostaria de agradecer também ao ilustre escritor pernambucano, Antônio Neto, que, com esmero, vem contribuindo para a historiografia sobre o cangaço e, com sua experiência, tem inspirado novos escritores a se dedicarem à temática. Ao querido amigo e irmão em Cristo, Ivanilson, que despertou em mim o interesse pelo mestrado e me encorajou a enfrentar essa nova etapa da vida acadêmica, expresso minha profunda gratidão. Ao meu amigo e irmão em Cristo, Marcos, vinculado à Biblioteca Central da UNICAP, agradeço pelo apoio e companheirismo ao longo dessa jornada. Agradeço aos meus amigos Orlando e Luzia, da Banca Guararapes, em Recife/PE, que me ajudaram e me incentivaram muito para o tal conquistado do sonho.

Também é indispensável mencionar meu estimado e querido amigo de longas datas, Carlos Eduardo Sampaio Romaguera (Cacau), e sua família. Sua generosidade foi fundamental para a

continuidade dos meus estudos, pois ele não apenas ofereceu apoio financeiro crucial, mas também me encorajou constantemente. Sem sua significativa ajuda, a realização deste trabalho não teria sido possível. Sou profundamente grato por sua generosidade, apoio e amizade inestimável.

Com imensa gratidão, dedico este trabalho à minha amada e querida esposa, Jevani. Seu amor incondicional e incansável apoio foram a base do meu sucesso. Sua paciência e compreensão diante das muitas ausências que a dedicação ao curso exigiu são simplesmente incomparáveis. Ao meu querido filho, Paulo Júnior, meu maior orgulho, agradeço por seu carinho constante e por ser um exemplo brilhante de esforço e determinação na perseguição de seus sonhos. À minha nora, Nathália, minha gratidão pelo amor e cuidado que dedica à nossa família, fortalecendo nossos laços. Ao meu estimado sogro, Agenor Pereira, um verdadeiro guerreiro e uma figura paterna para mim, sou eternamente agradecido. Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos, meu sincero reconhecimento pelo apoio inabalável e pelo afeto que sempre demonstraram. Sem todos vocês, este caminho teria sido muito mais difícil de trilhar.

Não poderia deixar de homenagear os colegas do CEJUSC/TJPE – Jaboatão dos Guararapes, que foram parte essencial desta jornada. Ao Juiz de Direito, Dr. Otávio Ribeiro Pimentel, coordenador responsável pelo CEJUSC, que tem sido um amigo e me incentivou bastante na construção desta obra, meus agradecimentos sinceros. Ao Juiz de Direito, Dr. Adelson Freitas, cuja confiança e incentivo foram faróis que guiaram meu caminho, minha profunda gratidão. À Josenilda e ao Diogo, agradeço pelas experiências compartilhadas, que enriqueceram minha trajetória de forma inestimável. Aos dedicados policiais militares Royers, Gouveia, Elias, Rocha, Neto, Araújo, Claudionor, e a todos que fazem parte da PM/PE, bem como a todos os membros do Fórum de Jaboatão dos Guararapes, sou profundamente grato pelo apoio constante e pela amizade. Aos queridos amigos da Clock's, que me acompanharam desde o início da minha caminhada como concurseiro — e que, após o 45º concurso, conquistei minha aprovação no ano de 2011, para a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, das 68 vagas, alcancei a 30ª colocação para o cargo de Assistente Administrativo II, cuja concorrência foi de 8.640 inscritos. No mesmo ano fui aprovado também para a Prefeitura de Olinda, alcançando a 34ª colocação, mas continuei na Prefeitura do Cabo. No ano de 2012 realizei o concurso para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, para o cargo de Técnico Judiciário, uma concorrência de 2.543 inscritos para o Polo Jaboatão, que tinham apenas 6 vagas, fiquei na colocação 79ª, quando no de 2013 fui nomeado e tomei posse no dia 23 de abril do mesmo, onde sirvo a sociedade —, assim como depois do 10º

vestibular/ENEM, quando finalmente entrei na universidade (UFPE/2012), onde me formei em Bacharel em História, e em tantos outros sonhos que sempre almejei, deixo minha eterna gratidão pela camaradagem e pelo suporte de todos.

Finalmente, a todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho, deixo meu mais sincero e profundo agradecimento. Obrigado a cada um de vocês por fazerem parte desta conquista. Ao Eterno Deus, amoroso e bondoso, que tem sido meu porto seguro em todos os embates da vida — que, embora difíceis, foram fundamentais para o meu crescimento material, intelectual e espiritual —, rendo toda minha honra, fé e gratidão.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o fenômeno do cangaço, um movimento histórico e social que marcou o Nordeste do Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A pesquisa explora as causas, características e impactos do banditismo tal como representado na imprensa pernambucana. Utilizando uma abordagem diversificada — que inclui fontes bibliográficas e iconográficas —, o estudo analisa como o cangaço afetou as estruturas sociais e econômicas do sertão nordestino. A metodologia adotada baseia-se na análise de documentos históricos, especificamente, processos judiciais e jornais da época, como o *Diário de Pernambuco*, *Pequeno Jornal*, *Jornal do Commercio* e *Jornal do Recife*. Por meio dessas fontes, buscamos identificar as ações atribuídas ao banditismo e divulgadas no período de 1922 a 1926, com ênfase na análise do “Combate de Belmonte”, que resultou na morte do coronel Luiz Gonzaga Gomes Ferraz. Além das fontes primárias, foram consultadas obras de importantes pesquisadores e historiadores que se dedicam à temática, como Frederico Pernambucano Chiavenato, entre outros. Também abordamos o governo de Sérgio Loreto (1922–1926), seus planos e métodos para combater o banditismo em Pernambuco. O resultado deste estudo é apresentado em formato de almanaque, com o intuito de tornar o conhecimento acessível e envolvente para um público amplo, interessado na temática do cangaço. Esta pesquisa contribui para uma compreensão mais completa e sensível das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldaram o sertão nordestino, bem como das formas de resistência e adaptação das populações frente às adversidades.

Palavras-chave: Cangaço; Combate de Belmonte; Processo de Lampião; Imprensa pernambucana.

ABSTRACT

This work aims to investigate the phenomenon of cangaço, a historical and social movement that marked Northeast Brazil between the end of the 19th century and the first half of the 20th century. The research explores the causes, characteristics, and impacts of banditry as represented in the Pernambuco press. Using a diversified approach—including bibliographic and iconographic sources—the study analyzes how cangaço affected the social and economic structures of the Northeastern hinterland. The methodology adopted is based on the analysis of historical documents, specifically, judicial proceedings and newspapers of the time, such as the *Diário de Pernambuco*, *Pequeno Jornal*, *Jornal do Commercio*, and *Jornal do Recife*. Through these sources, we seek to identify the actions attributed to banditry and publicized in the period from 1922 to 1926, with emphasis on the analysis of the "Battle of Belmonte," which resulted in the death of Colonel Luiz Gonzaga Gomes Ferraz. In addition to primary sources, works by important researchers and historians dedicated to the subject were consulted, such as Frederico Pernambucano Chiavenato, among others. We also addressed the government of Sérgio Loreto (1922–1926), his plans and methods to combat banditry in Pernambuco. The result of this study is presented in almanac format, with the aim of making knowledge accessible and engaging for a broad audience interested in the subject of cangaço. This research contributes to a more complete and sensitive understanding of the social, economic and political dynamics that shaped the northeastern hinterland, as well as the forms of resistance and adaptation of the populations in the face of adversity.

Keywords: Cangaço; Battle of Belmonte; Lampião's Trial; Pernambuco press.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	21
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO.....	45
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....	50
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1 INTRODUÇÃO

O cangaço é um tema que, vez ou outra, tem sido pauta de debates e conversas, seja numa roda de amigos, numa mesa de bar, na escola, na televisão, no rádio, em jornais, revistas, palestras, redes sociais ou nos centros acadêmicos. Sempre há algo novo a ser explorado sobre o assunto. Embora existam inúmeras obras bibliográficas e historiográficas que tratam do tema, novas pesquisas continuam surgindo, com questionamentos sobre a origem do cangaço, suas ações e a vida dos cangaceiros.

A origem do cangaço ocorreu em momentos cruciantes e de grandes conflitos na região Nordeste do Brasil. Houve diversas causas levaram ao seu surgimento. Segundo Torres Filho (2011, p.36): "O cangaço existiu no Nordeste durante cerca de setenta anos: de 1870 a 1940. Surgiu da própria situação difícil vivida pela população nordestina". O surgimento do cangaço está relacionado aos conflitos existentes entre os proprietários de terras, conhecidos como "coronéis", e com a população que vivia sob seu domínio (Torres Filho, 2011).

Como bem nos assegura Albuquerque Júnior (2001), pode-se dizer que o cangaço ocorreu por parte de uma população marginalizada e injustiçada por parte de uma sociedade privilegiada. Neste contexto, fica claro que a origem do cangaço não surge por um acaso do destino.

O cangaço ocorrido entre os anos de 1922 e 1926 ganhou destaque nas páginas de diversos jornais brasileiros. Frequentemente, era mencionado como "banditismo", "cangaceiros" ou até mesmo como "bandoleiros" que atuavam no Nordeste brasileiro, realizando saques, roubos, assassinatos, entre outros crimes. A historiografia clássica apresenta uma variedade de temas relacionados ao cangaço, incluindo os diversos fatores que motivaram o surgimento de grupos armados e as ações que se tornaram matéria de destaque nos principais jornais de Pernambuco, despertando o interesse de muitos pesquisadores como objeto de estudo e análise.

Há diversas definições para o termo cangaço, derivado do vocábulo canga, cujo significado traz como referência a um instrumento de tortura usado no período da escravidão no Brasil, como forma de tronco onde os escravos ficavam presos. Outra definição segundo afirma Torres Filho (2011, p.36) "vem de "canga" peça de madeira que prende os bois ao carro ou ao arado".

Do ponto de vista de Pericás (2010) o termo cangaço estava relacionado à submissão dos cangaceiros aos latifundiários, os ditos coronéis, que impunham domínio sobre eles. A serviço dos coronéis, tinham o dever de protegê-los dos seus inimigos, bem como guardar suas propriedades, demonstrando uma forma de total dependência, vivendo como prisioneiros. O cangaço também, segundo o autor, referia-se aos apetrechos utilizados pelos cangaceiros durante suas viagens. Há um outro termo que pode ser atribuído ao cangaço, era o uso da canga nos animais que os uniam, dando ideia de união, existente, entre os cangaceiros.

Conforme explicado acima, o cangaço era uma forma de subordinação empregada àqueles que prestavam serviços aos senhores de terras, os chamados – coronéis. A relação de trabalho se dava mais como uma forma de escravidão, pois se percebia uma real dependência por parte dos cangaceiros aos coronéis, deixando impressões terríveis de humilhação e sofrimento.

Conforme Mello (2011), o cangaço, trata-se inegavelmente como uma forma de sobrevivência para alguns, todavia para outros era uma forma exclusiva de se vingar dos seus algozes. Seria um erro, porém, não atribuir ao cangaço como um dos maiores atrativos para os vingadores

A imprensa no período em foco

O objetivo principal deste trabalho é averiguar e apresentar algumas ocorrências de ações atribuídas ao banditismo, divulgadas em jornais da imprensa pernambucana durante os anos de 1922 a 1926. E para entendermos o que foi o banditismo nesse período, é necessário analisar como a imprensa abordou esse problema em suas diversas matérias diárias. Segundo Arthur Aymoré (2010) os jornais que tratavam da questão do banditismo apresentavam a sociedade muitas vezes uma situação inviezada do contexto existente do cangaço, atribuindo todos os problemas existentes apenas a Lampião, como se ele fosse o único causador dos problemas sociais no período, levando a população acreditar que a solução para sanar suas dores e sofrimento, seria a extinção do cangaço, embora, era mais um problema existente dentre muitos, de serem resolvidos, como o econômico, social e político, todavia percebe-se que havia um certo controle do governo, no tocante as matérias divulgadas na imprensa, a fim de se eximir da suas responsabilidades perante a sociedade sertaneja.

A fim de entendermos como essa imprensa no período em estudo se posicionava

em relação ao caso do banditismo, devemos questionar qual a sua representatividade no contexto em foco. Para compreendermos essa representação da imprensa no que concerne as matérias publicadas a respeito do cangaço, recorremos ao historiador francês, Roger Chartier que em seu livro “A história cultural: entre práticas e representações” onde afirma que “a representação é um instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto (*sic*) ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (Chartier, 2002, p. 20). Mas também descreve que a representação é uma forma de construção social que surge num ambiente, onde certos grupos vão criando sua própria estrutura, ideias e padrões, conforme seus próprios interesses. E nesse contexto, a linguagem, o modo e a percepção do mundo vão se adequando ao padrão construído através do uso das representações. Não há neutralidade, tudo é produzido a fim de que se legitime suas intenções independente de quem as questiona.

Ainda segundo Roger Chartier:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas (*sic*) para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Chartier, 2002, p.17)

Em suas análises, Chartier percebe que a representação assume o papel dominador e de controle sobre determinado grupo e sociedade, tanto no campo econômico, social, político dentre outras formas de convívio social. (Chartier, 2002).

A partir desse pressuposto entendemos a “representação” usada na imprensa, pode interferir nas questões sociais. E nesse contexto, a realidade passa por uma metamorfose sem que percebemos os conflitos de interpretação das coisas, objetos e pessoas. Diante disso percebemos que a imprensa ao longo do tempo vem cumprindo seu papel informativo, mas também vem gerando transformações sociais quando passa a criar estereótipos sobre determinadas pessoas e grupos, sem, contudo, buscar compreender os reais motivos que levaram a existência do surgimento desse ou daquele problema. “O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efectivamente (*sic*), não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita” (Chartier, 2002, p. 63).

Ainda para Aymoré (2010, p. 110) As matérias divulgadas nos jornais a respeito do cangaço visavam apenas descrever a ação do banditismo, sem apresentar as causas reais que geraram esse fenômeno social. Faz-se necessário compreender com muito

cuidado por que tal fenômeno aconteceu, mesmo diante de inúmeras matérias publicadas, pois nem tudo que era publicado era verídico. Há casos de muitos leitores de jornais, “principalmente do interior”, que enviavam cartas aos canais de imprensa, informando sobre a presença e ações de cangaceiros no sertão. Muitas dessas informações eram de procedências duvidosas.

“Uma considerável quantidade de reportagem veiculadas em *A Tarde*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, nos anos 20 e 30, era redigida com base nas correspondências enviadas por *testemunhas* ou leitores que viviam nos sertões” (Aymoré, 2010, p. 108).

Havia uma gama de informações que chegava do interior de Pernambuco para ser divulgado na imprensa. Os jornais de posse dessas informações que saíam mãos das mãos daqueles que narravam os fatos repassados por sertanejos, onde muitos deles não eram alfabetizados, e pelos próprios leitores divulgavam cotidianamente as reportagens sem contudo analisar a veracidade da fonte.

De acordo José de D’Assunção Barros, o pesquisador de jornais deve procurar entender que:

Os destaques dados a esta ou àquela notícia, as estratégias editoriais diversas, os modos como se busca comover, impactar indignar ou direcionar os leitores, o posicionamento de uma notícia junto a outra, o tamanho calculado das letras, a escolha de fotos dignificantes ou embaraçosas – existe aqui toda uma infinidade de recursos e procedimentos à disposição dos jornalistas que, *ato continuum*, precisam ser cuidadosamente decifrados pelos historiadores. (Barros, 2023, p. 45).

Conforme a citação a cima, é de total importância analisar o que está sendo publicado, pois não há neutralidade nas matérias divulgadas pela imprensa. É preciso averiguar cuidadosamente os principais pontos que estão sendo abordados e a forma como ela conduz a informação até os seus leitores. Tudo é milimetricamente calculado, nada que vai para a mídia é aleatório, tem alvo e objetivos. “[...], não há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada pelo jornal acerca do *que* informar, de *quando* informar, de *como* informar”. (Barros, 2023, p.45).

Como objetivos específicos, busca-se analisar como a imprensa abordou a questão do banditismo, suas causas e efeitos durante suas ações no sertão nordestino; destacar os fatores que levaram ao surgimento do cangaço; analisar o processo crime de Belmonte e apontar as medidas adotadas pelo então governador de Pernambuco, Sérgio Loreto, no enfrentamento ao banditismo.

O recorte temporal compreende o governo de Sérgio Loreto (1922–1926), período

marcado por diversos convênios e campanhas articuladas com governadores de outros estados do Nordeste no combate ao banditismo. Já o recorte espacial da pesquisa abrange um campo geográfico mais amplo. Embora o foco do trabalho esteja nas notícias sobre o cangaço veiculadas na imprensa pernambucana, essas notícias envolvem também diversas regiões do Nordeste brasileiro.

O Combate de Belmonte e o assassinato do coronel¹ Luiz Gonzaga Ferraz

Dentre as várias ações criminosas praticadas pelos cangaceiros, destaca-se o combate ocorrido em São José do Belmonte, cidade do interior de Pernambuco, no dia 20 de outubro de 1922. Esse episódio foi considerado pela imprensa como um dos crimes de maior repercussão da época, resultando no assassinato do coronel Luiz Gonzaga Ferraz e na morte de outras pessoas. Vemos abaixo a matéria que traz o fatídico dia na cidade de Belmonte, em 1922, onde informa que:



Fonte: Jornal do Recife, 21/10/1922. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%201922&pesq=Coronel%20Luiz%20Gonzaga%20Ferraz&pagfis=86403>. Acesso em: 21/07/2025.

O Jornal do Recife também divulgou no dia 21 de outubro de 1922 o trágico

¹ O termo coronel é descrito por Antônio Olivieri como: o modo pelo qual os grandes proprietários de terra exerciam o poder político no interior do Brasil, sobretudo nas áreas sertanejas do Nordeste. A expressão vem do uso da patente de coronel da Guarda Nacional, criada em 1831 e formada basicamente pelos senhores de terra, encarregados de manter a ordem social durante o Império. Os poderosos fazendeiros, os coronéis, dirigiam toda a vida social, econômica e política das comunidades a seu redor. Nas cidades e vilas do interior, eles eram a grande autoridade, a cima de juizes, delegados e prefeitos, controlando a posse da terra, o trabalho, o comércio, os cargos públicos, as eleições e os partidos políticos (OLIVIERI, 2015, p. 14).

combate em Belmonte, que ocasionou a morte o Coronel Luiz Gonzaga Ferraz. Embora, já havia ocorrido outros crimes cometidos por cangaceiros no interior do Estado, todavia, devido o coronel ser uma pessoa pública, de muita fama e pelo seu status social, gerou grande comoção e repercussão na imprensa.

Em entrevista concedida ao jornal acima mencionado pelo filho do coronel, Sr. José Gonzaga Ferraz, que por ocasião estava em Recife. Segundo ele, a morte do seu pai tinha ligação a uma rixa com Sebastião Pereira, conhecido como Sinhô Pereira, ex-chefe dos cangaceiros. O estopim da morte do coronel foi devido a ação de um policial cearense que cometeu abusos de poder, atribuindo tal ação a mando do coronel contra Ioiô Maroto, sobrinho do Sinhô Pereira.

De acordo com Hélio (2019), a morte do coronel se deu por um pedido feito, do Sinhô Pereira, ex-líder do cangaço, a Lampião. O Sinhô Pereira disse que o coronel Gonzaga Ferraz havia denunciado à polícia cearense, que o seu primo, Crispim Pereira, vulgo Ioiô Maroto, era coiteiro de cangaceiros, levando uma grande surra pelos soldados, além de fazerem cenas eróticas para sua esposa e filhas. Daí, o Sinhô Pereira pede que Lampião se encarregue de resolver a questão, pela injustiça praticada contra a vítima e a sua família. De acordo com Federico Pernambucano de Melho:

“o tenente Peregrino de Albuquerque Montenegro [...] seria o responsável [...] pela surra dada no fazendeiro Crispim Pereira de Araújo, o Ioiô Maroto, primo do célebre cangaceiro Sinhô Pereira, de que resultaria o conhecido episódio da morte do comerciante Luís Gonzaga Gomes Ferraz, de Belomene, Pernambuco, pelo bando de Lampião [...]”. (Mello, 2011, p.264)

Conforme a citação acima, o assassinato do coronel Luiz Gonzaga Ferraz está ligado aos maltratos sofridos de Ioiô Maroto a pedido do coronel, pois, segundo informações a vítima tinha ligação com cangaceiros. Segundo Hélio de Araújo (2019) Numa madrugada do dia 20 outubro de 1922, em pleno domingo, o bando de Lampião invade a cidade de Belmonte, antes mesmo de o sol nascer, segue em indireção ao casarão do coronel Luiz Gonzaga Ferraz, cerca-a por todos lados, utilizando-se de machados e pontapés para arrombar as portas. A força local junto com alguns moradores travam intenso tiroteio contra os cangaceiros. É o que afirma Chandler (1980, p.55) “[...] os cangaceiros foram recebidos à bala. Isto serviu para alertar a polícia e outras pessoas na cidade. Seguiu-se, então um tiroteio que durou

umas quatro a cinco horas”. Apesar do intenso combate a vida coronel ceifada, pois para tentar fugir, procurando se abrigar no sótão da casa, porém ao pisar numa tábua em falso, despencou, caindo no centro da sala, sofrendo fraturas na perna, onde lá foi executado pelos seus inimigos.

Figura 1: Coronel Luiz Gonzaga Gomes Ferraz



Fonte: Blog do Mendes e Mendes. Disponível em:
<https://blogdomendesemendes.blogspot.com/search?q=LUIZ+GONZAGA+FERRAZ>. Acesso em 22/04/2025.

Governo de Sérgio Loreto 1922 – 1926

Segundo o Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo sobre os procuradores-geral de Justiça descreve que Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, nasceu no dia 09 de setembro de 1870 na cidade de Águas Belas, município de Pernambuco. Filho do professor Galdino Eleutério Teixeira de Barros Loreto e de Luiza Lins de Albuquerque Barros, estudou no Liceu de Artes e Ofícios de Recife, onde também foi professor de Aritmética. Trabalhou como funcionário dos Correios e formou-se Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, em junho de 1892. Transferiu-se para São Leopoldo, no Espírito Santo, onde foi promotor público e, em 1897, chefe de Polícia daquele Estado. Foi casado com Virgínia de Moraes Freitas Barbosa e teve dois filhos. Foi governador de Pernambuco (1922–1926) e sua

administração foi considerada uma das mais produtivas no período da Primeira República, realizando relevantes obras em Recife e no interior do Estado. A construção do Palácio de Justiça, na Praça da República, para sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco, iniciada em 1924, foi uma delas.²

Figura 10: Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto



Fonte: EDMARLYRA – Oblogdapoliticadepernambuco. Disponível em: <https://www.edmarlyra.com/o-promotor-sergio-loreto/> Acesso: 22/04/2025

De acordo com (Torres Filho, 2011) inicialmente o seu governo foi bem assistido por todos os seguimentos políticos, porém cada partido tinha seus interesses, pois se aproveitavam da falta de experiência do então governador, que com o tempo surpreendeu com uma gestão eficiente e eficaz procurando atender às necessidades do povo pernambucano. Foi durante o seu governo que finalizou a obra de construção do quartel do Derby, em seguida a praça do Derby. Várias obras foram realizadas, desde calçamentos de ruas, expansão da iluminação pública no Recife, drenagens, além de outras.

Durante seu governo, Sérgio Loreto enfrentou diversos problemas, como a difusão do cangaço no sertão e a Coluna Prestes, que entrou em Pernambuco, vinda do Ceará, e atravessou o estado por duas vezes. Das muitas obras realizadas, muitas delas visavam também o interior do Estado. Dentre muitos planos de seu governo que quis pôr em prática, via-se na questão da saúde públicas e na educação. Em 18 de outubro

² <https://www.edmarlyra.com/o-promotor-sergio-loreto/>

de 1926, Sérgio Loreto passou o governo a Júlio de Melo, presidente da Câmara. Este, em 12 de dezembro, foi substituído pelo novo governador eleito, Estácio Coimbra. Deixando o governo, Sérgio Loreto foi eleito deputado federal e assumiu o mandato em maio de 1927. Com a vitória da Revolução de 1930, abandonou a política. Faleceu em 6 de março de 1937.³

Entre os fatores que levaram ao surgimento do banditismo, analisaremos o contexto social, político e econômico em que o cangaço se desenvolveu. Serão explorados materiais iconográficos que representam esse período, como fotografias e imagens dos cangaceiros, das diversas páginas de jornais que noticiaram suas ações, além das volantes e pessoas influentes.

As informações obtidas para este estudo sobre o “banditismo” na imprensa pernambucana, no período em questão, foram pesquisadas na Hemeroteca, Biblioteca Digital Nacional, que disponibiliza diversos periódicos digitalizados. Nessa plataforma, encontramos vários jornais que retratam as ações de “bandoleiros” no interior de Pernambuco e em outros estados do Nordeste. Também foi consultado o site Brasileira Fotográfica, fundada pela Biblioteca Nacional e pelo Instituto Moreira Salles (IMS), onde estão disponíveis imagens e fotografias antigas de lugares, pessoas e monumentos históricos relacionados ao tema.

Além disso, consultamos o site do Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde podemos encontrar um dos processos judiciais contra os cangaceiros. Em uma visita realizada, no dia 14 de outubro de 2024, ao Memorial, em Recife, fomos informados por um funcionário chamado Jamerson de que o processo em análise, envolvendo Lampião, já havia sido digitalizado e estava disponível na página do Memorial. Esse processo marca a primeira vez em que Lampião aparece como réu, juntamente com outros cangaceiros, pelo crime cometido em São José do Belmonte, em 1922.

³ LORETO, Sérgio Teixeira Lins de Barros *gov. PE 1922-1926; dep. fed. PE 1927-1930. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LORETO,%20S%C3%A9rgio%20Teixeira%20Lins%20de%20Barros.pdf> -

2 DISCUSSÃO TEÓRICO – METODOLÓGICA

Durante a pesquisa, utilizamos também diversas obras de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema, além de artigos, dissertações e teses acadêmicas. Foram abordados alguns termos e vocábulos que definem o conceito de cangaço. Segundo Phaclante e Pacheco (2003), embora o apogeu do cangaço tenha chegado ao fim na década de 1930, o tema ganhou ampla divulgação na imprensa e passou a fazer parte da cultura popular:

A partir do final dos anos 40, o tema cangaço, tão divulgado pela Imprensa brasileira e também, particularmente, por violeiros, cantadores e folhetos de cordel, ganha vulto nas artes plásticas, no teatro, na literatura, no cinema e, finalmente, na música, através do disco. (Phaclante e Pacheco, 2003, p. 20).

De acordo com os autores, mesmo após o fim do cangaço, o tema, já amplamente explorado pela imprensa, expandiu-se para diversos meios artísticos e de entretenimento na cultura nordestina, ganhando visibilidade no Brasil e no exterior.

Há diversos aspectos para podermos entender o surgimento do cangaço, mas nos deteremos, principalmente, ao contexto social. A sociedade era formada por uma população que vivia no sertão nordestino. Essa sociedade, ora em estudo, tem sua origem no Brasil - colônia, cuja sociedade ainda mantinha o modelo primitivo, formada pelos donos de terras, escravos e pela população pobre, além da Coroa. Havia uma desigualdade social descomunal. Segundo Machado (1974), a formação da comunidade, em nada se deu pela participação da classe pobre, pois essa classe não tinha nem vez nem voz em suas opiniões e decisões na sociedade. Uma minoria era que integrava a ordem social.

Conforme verificado por Monteiro (1987), no período entre 1850 a 1890, em sua obra *Nordeste Insurgente*, a sociedade nordestina estava estruturada em forma de pirâmide, onde os grandes senhores de terras encontravam-se no topo da pirâmide e na base estavam os escravos e os livres, todavia, esses ditos livres viviam em péssimas condições, não diferenciando muito dos escravos. Trata-se, inegavelmente, de uma situação de desigualdade que se prolongou por muitos anos na sociedade brasileira. Seria um erro, porém, atribuir somente ao período descrito ou anteriores, pois a questão da desigualdade ainda se percebe em nossos dias. Assim, reveste-se de particular importância a análise da formação das sociedades ao longo da História do Brasil. Sob

essa ótima, ganha particular relevância o estudo da sociedade nordestina.

Conforme citado acima, a estrutura social nordestina, no período descrito, estava embasada numa desigualdade fora do comum. Uma minoria representada por fazendeiros e donos de terras, os chamados ditos "coronéis", cuja influência fazia perpetuar seu poder sobre aqueles que estavam em suas terras e em seus domínios, desde escravos, moradores e livres que se encontravam em péssimas condições de vida.

De acordo com Machado (1974, p.6):

Os libertos, os escravos e os segmentos marginais ou dependentes da população estavam, naturalmente, excluídos da ordem social; não dispunham de muito para acumulação de renda para grangear (sic) prestígio social e conquistar o poder; em termos estatais e de castas, era pequeno o número de indivíduos que podiam participar diretamente daquela ordem social mesmo depois de abolida a escravidão.

Fica evidente, diante desse quadro que o contexto social na região Nordeste no período do cangaço era bem nítido a desigualdade, pois estava marcada por uma população, em sua maioria, sofrida e oprimida, sem direito de participar das decisões políticas e sociais, sendo todas as decisões tomadas pelos poderosos donos de terras que se aproveitavam do apoio do governo central, a Coroa. Esse quadro social foi quem deu origem aos diversos movimentos sociais em muitas cidades da região nordestina, principalmente, nas regiões das secas, onde vivia a população esquecida pelo governo, sem programas de bem feitorias, para amenizar o sofrimento daquele povo. Como bem nos assegura Facó (1972), o contexto social nordestino no tempo do cangaço era formado por latifundiários semifeudais, burgueses comerciais e industriais, além dos escravos, ex-escravos e livres que eram em sua maioria, explorados, vivendo em extrema pobreza. É o que afirma Aymoré (2010, p. 98): “ É sempre o jugo dos coronéis, o isolacionismo e as condições econômicas adversas que vão tornando mais agudo o drama social, levando ao surgimento dos extremismos”.

O desenvolvimento das relações sociais, na região nordeste, especificamente, onde se deu a presença do cangaço, surgiu em um ambiente hostil, descrito por diferentes classes sociais. Casos de conflitos de famílias contra outras, por interesses, caso como as famílias dos Pereiras contra os Nogueiras *et alii*. Segundo Aglae Lima de Oliveira (1970) diz que o próprio Virgulino – Lampião entrou na vida de cangaceiro para vingar a morte de seu pai, José Ferreira, morto pela polícia alagoana, causada por rixas entre ele e José

Saturnino.

É importante compreender que o fenômeno do cangaço surgiu dentro de uma sociedade marginalizada, embora houve alguns cangaceiros de classe média, todavia, a maioria dos que entraram no cangaço eram pessoas revoltadas com a situação de exploração e miséria que passavam. Nesse sentido, vamos exemplificar o contexto social nordestino no tempo do cangaço. Podemos perceber que a vida social antes e depois do cangaço estava inserido em contexto de desigualdade.

Portanto, a sociedade sertaneja no tempo do cangaço era bastante diversificada, pois, até entre os cangaceiros havia diferenças de poder aquisitivo, alguns deles viam de famílias abastadas, todavia a entrada desses para a vida de cangaceiro estava relacionada a brigas de famílias que havia no sertão, tomando vingança contra seus inimigos, já outros entravam por questões sociais discriminadores, desencadeadas por explorações e injustiças contínuas que sofriam, decidindo fazer justiça com suas próprias mãos.

O sertão nordestino foi palco de uma série de ações de banditismo. Diversos pesquisadores e historiadores passaram a reconhecer essas ações como um fenômeno social. Hobsbawm (1976) chamou-o de “banditismo social”, o qual, segundo ele, pode ocorrer esse fenômeno em qualquer sociedade do mundo, especialmente naquelas que vivem do pastoreio, envolvendo campesinatos submetidos à exploração e ao domínio dos latifundiários. Ainda segundo o autor: “O banditismo tendia a tornar-se epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica.” (Hobsbawm, 1976, p. 15).

Embora o cangaço tenha sido amplamente debatido por estudiosos de diversas áreas do conhecimento, é perceptível que suas causas e consequências continuam a ser um campo fértil para pesquisa. A violência perpetrada pelos cangaceiros desestruturou a vida social e econômica do sertanejo, agravando ainda mais o sofrimento da população já castigada pela seca e pela exploração dos senhores de terra. Todavia, é necessário compreender as causas que deram origem ao “banditismo social”, provocando essa desestruturação social e causando celeumas à população sertaneja.

De acordo com Eric Hobsbawm (1976), os “bandidos sociais”:

[...] são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da Justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e

sempre, com homens a serem admirados ajudados e apoiados. (Hobsbawm, 1976, p. 11).

Facó (1972) enfatiza a importância de compreender o cangaço dentro do contexto das relações de produção e da estrutura agrária do Nordeste brasileiro. Ele argumenta que a pobreza extrema, a concentração de terras e a falta de alternativas econômicas forçaram muitos sertanejos a se juntarem aos bandos de cangaceiros como uma forma de sobrevivência e resistência. Sua análise contribui para uma compreensão mais aprofundada das causas estruturais do cangaço, relacionando-o às lutas sociais e econômicas da região.

A situação dos pobres do campo no fim do século e mesmo em pleno século XX não se diferenciava daquela de 1856. Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem-terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma “saída” nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos “fanáticos”, em torno dos *beatos* e *conselheiros*, sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. Eram eles o fruto da decadência de um sistema econômico-social que procurava sobreviver a si mesmo. (Facó, 1972, p. 13).

Como se observa, o autor apresenta múltiplos fatores adversos como elementos preponderantes para o surgimento do banditismo no Nordeste brasileiro. A população encontrava-se encurralada pela decadência de um sistema econômico-social. Diante disso, Corti (2023, p. 14) afirma: “O Cangaço tinha como objetivo desafiar o poder estabelecido e buscar justiça social por meio de ações violentas. Seus ideais variavam, mas incluíam resistência aos abusos de poder, vingança pessoal e defesa dos mais pobres”.

Hobsbawm (1976) aponta que os principais fatores responsáveis pelo surgimento do banditismo, principalmente entre o campesinato, estão relacionados a períodos de escassez, como péssimas colheitas, fenômenos naturais inesperados, chuvas intensas, vendavais, além de combates, conquistas e quebras de pactos administrativos, ainda que temporárias. Tudo isso podia contribuir para o aumento do banditismo. Questões políticas e guerras também faziam parte da construção do “bandido social”: pessoas que, diante da ausência de organização política capaz de garantir a ordem e o equilíbrio social, passavam a cometer diversos crimes. Segundo o autor:

Em tais circunstâncias as epidemias de banditismo representam algo mais que uma simples multiplicação de homens fisicamente aptos que, a passar fome, preferem tomar pelas armas aquilo de que necessitam. Podem refletir a desagregação de uma sociedade, a ascensão de novas classes e o surgimento de novas estruturas sociais, a resistência de uma comunidade inteira ou de povos à destruição de suas maneiras de viver. [...] homens que se vêem excluídos da carreira habitual que lhes é oferecida, e que por conseguinte são forçados a mais na idade ao

“crime”. Tomados em conjunto, representam um pouco mais do que sintomas de crise tensão na sociedade em que vivem - de fome, peste, guerra ou qualquer outra coisa que abale essa sociedade. Portanto, o banditismo, em si não constituiu um programa para a sociedade camponesa, e sim uma forma de auto-ajuda, visando a escapar dela, em dadas circunstâncias. (Hobsbawm, 1976, pp. 17-18).

Conforme a citação acima, Eric Hobsbawm (1976) descreve que o banditismo surge como resposta a diversas circunstâncias de exclusão social. Grupos armados surgem como forma de resistência a um sistema que oprime e sufoca comunidades inteiras, levando-as à reação, diante da pobreza, miséria e outros infortúnios. Em vez de se submeterem passivamente, essas populações procuravam se ajudar, buscando escapar da situação que as afligia.

Os cangaceiros tornaram-se figuras míticas. Suas narrativas de bravura, violência e resistência continuam a ser contadas e recontadas, influenciando a música, a literatura, o cinema e outras formas de expressão artística no Nordeste. Ao examinar os impactos do cangaço, essas manifestações culturais oferecem uma compreensão mais completa e nuançada do modo como esse fenômeno moldou a vida no sertão, ressaltando não apenas a violência e a desordem, mas também as complexas interações sociais e econômicas que caracterizaram àquela era turbulenta.

Frederico Pernambucano de Mello (2011), em seu livro *Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil*, aborda três tipos de cangaço: “o cangaço meio de vida; o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio”. Segundo ele:

A primeira forma caracteriza-se por um sentido nitidamente existencial na atuação dos que lhe deram vida. Foi a modalidade profissional do cangaço que teve em Lampião e Antônio Silvino Os seus representantes máximos. O segundo tipo encontra no finalismo da ação guerreira de seu representante voltada toda ela para o objetivo da vingança, o traço definidor mais forte. Foi o cangaço nobre das gestas fascinantes de um Sinhô Pereira, um Jesuíno Brilhante ou um Luiz Padre. Na terceira forma, o cangaço figura como última instância de salvação para homens perseguidos. Representava nada mais que um refúgio, um esconderijo e espécie de asilo nômade das caatingas [...] (Mello, 2011, p.89).

Como se observa, o cangaço podia ser representado de diversas formas, reconhecíveis por muitos aspectos. Em sua estrutura, manifestava-se, por um lado, como uma forma de sobrevivência — tendo como principais figuras Lampião e Antônio Silvino; por outro, era visto como uma forma de retaliação e acertos de contas contra inimigos — representado por Jesuíno Brilhante e Luiz Padre. E, por fim, também podia se apresentar como um meio de proteção, um refúgio, uma forma de abrigo para aqueles que buscavam segurança entre os cangaceiros, vivendo como andarilhos pelas caatingas.

Figura 2: Maria Bonita e Lampião com seu bando de cangaceiros



Fonte: Brasileira fotográfica. Disponível em:

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5247>. Acesso em: 21/07/2025.

Verfica-se acima um retrato coletivo de cangaceiros. Lampião com seu bando e Maria Bonita. A foto acima foi tirada por Benjamim Abrahão no Sertão nordestino, nas proximidades do rio São Francisco, em 1936.

Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento (2018) afirma que o cangaço passou a compor a própria imagem do sertanejo. Segundo ele:

O cangaço caracteriza-se, na história do Nordeste brasileiro, como um dos fenômenos que passou a simbolizar a região e seu povo, deixando profundas marcas na gestada cultura nordestina, no imaginário popular e na memória histórica da região. Abrangendo um período consideravelmente longo, o cangaço tem seus enraizamentos no século XVIII, passando pelo XIX e florescendo com maior notoriedade na primeira metade do século XX. (Sarmiento, 2018, p. 166).

Assim, o cangaço tornou-se símbolo da região e de seu povo, participando ativamente da construção do imaginário popular e da memória histórica nordestina. Criou-se, então, uma nova leitura sobre a formação do povo que viveu sob a égide do cangaço, cujo poderio lançou raízes ainda no século XVIII, prolongando-se até meados do século XX.

Em meio a uma população sofrida, majoritariamente pobre, explorada e discriminada, Rui Facó (1972) explica que a formação de homens armados em bandos, embora geralmente reconhecidos como bandidos, foi, na verdade, consequência da miséria reinante na época. Essa realidade levou muitos à revolta contra o sistema político opressor vigente da época.

Diante desse quadro de opressão e miséria, Maria Cristina Russi da Matta Machado (1974) afirma que:

[...] se a justiça não está do lado do sertanejo no momento em que seus padrões são rompidos, há também uma quebra na sua passividade. Ele se revolta e a arma do sertanejo ofendido é a justiça com as próprias mãos. Tudo começou por falta de justiça e a vingança faz nascer os revoltados.” (Machado, 1974, p. 45).

A ausência de justiça foi um dos principais fatores que geraram a revolta do sertanejo, que via seus valores sendo sistematicamente violados. Diante da opressão e da violência a que eram submetidos, muitos não aceitaram a forma de vida imposta pelo sistema político dominante. Essa insatisfação fez com que diversos movimentos sociais surgissem ao longo da história, e o cangaço foi um deles.

De acordo com Paulo Roberto Alves Teles (2009), as razões que contribuíram para o surgimento do cangaço como fenômeno social estão enraizadas em um ambiente extremamente difícil e hostil. Segundo ele:

O cangaço foi um fenômeno social do campo ocorrido entre os anos de 1870 a 1940. As razões para o seu desenvolvimento estão atreladas à realidade vigente da região que o gerou: seca, miséria, opressão, exploração, ausência do poder público, etc. Suas razões não se limitam a fatores econômicos ou mera busca pela sobrevivência, o cangaço é bem mais amplo. (Teles, 2009, p. 1600).

Dessa forma, é fundamental compreender que o cangaço surgiu dentro de uma sociedade marginalizada, marcada por situações de extrema pobreza. Ainda que alguns cangaceiros fossem oriundos da classe média, a maioria era formada por indivíduos revoltados com a exploração e a miséria que enfrentavam.

Analisando o contexto da sociedade no período do cangaço, Rui Facó (1972) aprofunda ainda mais a compreensão sobre o fenômeno do banditismo social no sertão nordestino. Ele afirma que:

A luta só podia corresponder ao nível em que se encontravam econômica e socialmente colocados os que constituíam a parcela mais explorada e oprimida da população, aqueles que nada possuíam e tinham algo a reivindicar, ainda que não soubessem formular claramente essa reivindicação. [...] A classe dos pobres do campo se achava à margem da sociedade constituída. Não tinha terra, nem outros bens, não tinha direitos, não tinha sequer deveres - além daqueles de servir ao senhor. [...] A própria existência do latifúndio, açambarcando terras, expulsa-os de suas vizinhanças. Cria-se no Nordeste uma espécie de nomadismo permanente, que as secas só fazem aumentar e dar características mais trágicas. (Facó, 1972, p. 28).

Fica evidente que a realidade vivida pela população nordestina, anterior ao

surgimento do cangaço, era uma das mais miseráveis possíveis. As condições precárias se arrastavam por décadas, agravando-se continuamente. Diante dessa situação, muitos migravam para outras cidades em busca de alívio para o sofrimento causada pela seca, pela fome e pela servidão.

No entanto, não há consenso entre os estudiosos quanto à pobreza como única motivação para o ingresso no cangaço. Nem todos os cangaceiros aderiram ao movimento por razões econômicas. Há registros de líderes cangaceiros que já possuíam boas condições de vida antes de se unirem ao cangaço, como observa Luiz Bernardo Pericás (2010):

[...] Jesuíno Brilhante era fazendeiro, possuidor de “recursos” de lavoura e de gados. [...] Antônio Silvino, de uma “respeitável família de fazendeiros” (que chegara a possuir uma dúzia de escravos), [...] convivia com autoridades judiciais e até mesmo chegava jogar baralho com promotores públicos. [...] Sinhô Pereira, de origem nobre era neto do barão Adeleino Pereira do Pajeú. [...] tinha como antepassado vários membros da guarda nacional, homens que haviam ostentado importantes títulos de nobreza do Império.[...] Até mesmo a família de Lampião ainda que certamente mais modesta também apresentava um nível social mais alto que o da maioria dos sertanejos [...] ele pertencia à classe dos proprietários de terra ou seja estava numa posição intermediária entre a elite e os trabalhadores despossuídos: seu pai era dono de uma pequena fazenda, tinha uma plantação, uma tropa de muares, gado bovino, cabras e carneiros. Em seu sítio também eram produzidos artigos de couro. (Pericás, 2010, pp. 33,34).

Portanto, o fator econômico não foi, necessariamente, a principal razão que levou todos ao cangaço. Muitos ingressaram por questões de honra ou vingança, como resposta a injustiças sofridas por eles ou por familiares.

Para Machado (1974), a origem do cangaço também pode ser compreendida a partir de um processo de dominação instalado nas regiões agrárias após a Proclamação da República. Esse processo resultou de um acordo político cujo objetivo era fortalecer o sistema agrário. Nesse contexto, desenvolveu-se uma relação entre o governo central e os governos regionais, baseada em troca de interesses: enquanto o poder central fazia exigências aos estados, oferecia-lhes, em contrapartida, benefícios e prestígio. Dessa relação emergiu a chamada “política dos governadores”. Como afirma Torres Filho (2011, p. 33): “Os grandes fazendeiros dominavam a política e fizeram um acordo entre eles: mineiros e paulistas se revezariam na Presidência da República.”

A lógica desse acordo visava beneficiar ambas as partes: as oligarquias regionais, representantes dos estados, e o governo federal. Era essa a estratégia utilizada pela elite

agrária para se manter no poder durante décadas. Cada estado era administrado por um chefe político responsável por satisfazer as exigências do governo central e resolver os conflitos internos de sua região.

O cenário político do Brasil, logo após a Proclamação da República, foi marcado por profundas transformações estruturais, tanto na política quanto na sociedade. É nesse contexto que surge a figura dos coronéis, que passaram a exercer papel central na política nacional. Segundo Antônio Carlos de Olivieri (2015), o coronelismo foi:

[...] o modo pelo qual os grandes proprietários de terra exerciam o poder político no interior do Brasil, sobretudo nas áreas sertanejas do Nordeste. A expressão vem do uso da patente de coronel da Guarda Nacional, criada em 1831 e formada basicamente pelos senhores de terra, encarregados de manter a ordem social durante o Império. Os poderosos fazendeiros, os coronéis, dirigiam toda a vida social, econômica e política das comunidades a seu redor. Nas cidades e vilas do interior, eles eram a grande autoridade, a cima de juizes, delegados e prefeitos, controlando a posse da terra, o trabalho, o comércio, os cargos públicos, as eleições e os partidos políticos (Olivieri, 2015, p. 14).

Como se pode perceber, o poder dos coronéis era imenso. Eles controlavam praticamente todos os aspectos da vida social e política, muitas vezes se sobrepondo às decisões das autoridades judiciárias e governamentais. Torres Filho (2011) ressalta que não bastava ser coronel para controlar uma cidade. Muitas vezes havia mais de um coronel no mesmo município, e prevalecia aquele que possuía maior força: mais homens armados, mais armas e mais disposição para o combate.

Machado (1974) observa que, munidos desse poder, os coronéis — com o apoio das forças de segurança — perseguiam e eliminavam seus inimigos, especialmente aqueles que ousavam se rebelar contra o sistema político e econômico vigente. Por serem explorados e injustiçados, muitos buscavam justiça social, mas eram rotulados como rebeldes e subversivos. Nesse sentido, Nilton Freixinho (2003) explica que os coronéis contavam com homens armados dentro de suas propriedades, dispostos a lutar por seus interesses:

Originalmente, os próprios coronéis das fazendas, no sertão, organizavam bandos armados, integrados dos próprios peões e agregados, para sustentar lutas e confrontos com seus desafetos, por questões de limites, uso de pasto e de fontes de suprimento de água e, não raro, por ambições políticas, de poder, nos sertões. (Freixinho, 2003, p. 55).

Dessa forma, percebe-se que havia, sim, uma influência significativa dos coronéis no surgimento do cangaço. Os bandos armados surgiam, muitas vezes, como braços de proteção das famílias poderosas, mas também serviam para perseguir e eliminar qualquer oposição aos interesses políticos dos coronéis.

Corroborando com o autor supracitado, Chiavenato (1990) afirma que havia uma certa aliança entre o cangaço e as forças políticas, e que:

As ligações dos políticos com o cangaço são claras e derivam de sua origem: como os cangaceiros, eles também são “filhos” dos coronéis. (...) Defendem a manutenção do cangaço como forma do controle social na caatinga e força militar nas disputas pelo poder. Os políticos sabem que podem e devem aliar-se aos cangaceiros e, unidos aos coronéis, controlar através do cangaço os currais eleitorais. É um Brasil rude o de 1900 a 1940, especialmente no Nordeste. (Chiavenato, 1990, pp. 45-46).

Essa relação de poder entre os políticos e o cangaço tornou-se fator preponderante para a continuidade do banditismo no Nordeste brasileiro. Por meio dessa ligação, mantinha-se o controle social no sertão. Os políticos sabiam da importância de se aliar aos cangaceiros, pois isso lhes trazia benefícios estratégicos relacionados à manutenção do poder. De acordo com Nilton Freixinho:

É nesse momento histórico que se revela em toda a sua dimensão, a vocação política de Cícero Romão Baptista. Isso tirando o partido da indiscutível popularidade e prestígio que desfrutava por motivo de natureza místico-religiosa na coletividade sertaneja do Ceará. (Freixinho, 2003, p.160)

O padre Cícero Romão Batista era um homem de grande influência, conhecido por seu carisma, bondade e devoção. Sacerdote muito respeitado, tornou-se uma figura política importante em Juazeiro do Norte, no Ceará, conquistando até mesmo a confiança dos cangaceiros. Conforme Pericás (2010), o contato entre padre Cícero e Lampião ocorreu pela primeira vez em 1926, quando o sacerdote junto com o deputado Floro Bartolomeu convidaram Lampião e seu bando para integrar o “Batalhão Patriótico”, com o objetivo de combater a Coluna Prestes. Para Farias (2004, p. 270), Padre Cícero era: “Santo, milagreiro, visionário. Charlatão, herege, coronel de batinas. Talvez não haja em nossa história uma figura mais controvertida que Pe. Cícero Romão Batista.”

Figura 3. Padre Cícero Romão Batista



Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/padre-cicero-entre-santidade-e-politica-aos-90-anos-de-morte>. Acesso em: 25/07/2025.

Rui Facó descreve o Padre Cícero como alguém que se equiparava aos coronéis. Segundo ele:

[...] desfrutando aí de enorme popularidade, dispondo de tudo quanto fazia de alguém um coronel porque não seria *um coronel*, porque não seria ele um coronel? Apenas por que vestia batina, ordenara-se padre, fazia “milagres”? Na verdade, nada diferenciava o padre Cícero Romão Batista de qualquer dos latifundiários da zona. Utilizava, e em enorme escala, os mesmos métodos familiares àqueles, como dar abrigo a capangas e cangaceiros e aproveitá-los ou permitir que outrem os aproveitassem para a consecução de objetivos políticos que também eram os seus. (Facó, 1972, pp. 161-162).

A popularidade do padre Cícero e suas obras realizadas o faziam um homem muito influente e respeitado, pois percebia-se que a forma como conduzia o estrato social fora assemelhado a um coronel, desde acolher seguranças, e até cangaceiros, utilizando-se dessas deles para atender aos interesses de muitos políticos que também o favorecia de alguma forma, pois suas estratégias seguia o ritos dos famílias poderosas do sertão nordestino.

Os coronéis, por sua vez, ditavam as regras e decidiam tudo, principalmente no período eleitoral. Utilizavam o “voto de cabresto” como forma de manipular os eleitores. Criava-se uma falsa aparência de legalidade, como se o povo realmente tivesse escolhido o candidato, quando, na verdade, tudo era orquestrado. Os candidatos apoiados pelo governo dificilmente perdiam, pois as eleições eram manipuladas, com fraudes que incluíam votos de pessoas já falecidas, assinaturas falsificadas e outras práticas irregulares. (Torres Filho, 2011)

Ainda segundo Torres Filho (2011, p.33): “No dia das eleições, seus cabos eleitorais entregavam a cédula fechada e preenchida aos eleitores e os acompanhavam até a hora das votações para ver se a colocavam na urna”. Complementando, Leal (2012, p. 115) explica: “O sigilo do voto, [...], era então burlado por diferentes processos. O mais frequente consistia em usarem os partidos sobrecartas de tamanho, formato e cor diferentes. Assim, ao ser depositado na urna, à vista de todos, o voto era perfeitamente identificável.” (Leal, 2012, p.115).

Diante do poder absoluto dos coronéis, crescia entre a população sertaneja uma revolta silenciosa, diante do jugo daqueles que controlavam a região. Foi nesse contexto que o cangaço emergiu como forma de resistência e enfrentamento ao sistema. Paulo Moura (2008) descreve que:

Numa terra onde o coronel fazendeiro ditava até as horas de dormir, ninguém vivia seguro. Tampouco em paz. O cangaço, na figura do seu representante maior, teve seu tempo. E nesse tempo em que existiu, foi tido como uma das maiores formas de insurgência contra as autoridades constituídas e contra o sistema, de modo geral, parcial e escravizador. (Moura, 2008, p. 32).

Como afirma o autor, o cangaço representou uma reação aos abusos dos coronéis, que impunham regras à população e governavam por meio do medo e da repressão. Era uma forma de insurgência que, embora violenta, representava o clamor de uma sociedade marginalizada.

Para Júlio José Chiavenato (1990), a existência do banditismo se mantinha, em determinado momento, com o apoio e a proteção de algumas autoridades e de pessoas, os chamados “coiteiros”, que facilitavam a vida dos cangaceiros, fornecendo-lhes alimentos e armas, além de mantê-los escondidos daqueles que desejavam pôr fim às suas ações. Segundo ele:

O cangaceiro lutava pela mera sobrevivência. Era perigoso, não só para as suas vítimas como para a estrutura falida do Nordeste. Seus atos degeneravam em simples banditismo. Precisava usar de toda a astúcia para sobreviver, porque era caçado como elemento desestabilizador da ordem. Sem produzir, vivendo do roubo numa sociedade paupérrima, onde os poderosos tinham grande capacidade de retaliação. Necessitava aliar-se ao mais forte. Dependia do *coiteiro*: aquele que o escondia e o abastecia de alimento e armas. Em geral, os coiteiros eram prepostos dos coronéis. A partir dessa aliança, o cangaço transformou-se de revolta espontânea em banditismo de controle social. (Chiavenato, 1990, p. 17).

As ligações dos políticos com o cangaço são claras e derivam de sua origem: como os cangaceiros, eles também são “filhos” dos coronéis. (...) Defendem a manutenção do

cangaço como forma do controle social na caatinga e força militar nas disputas pelo poder” (Chiavenato, 1990, p. 15).

A exploração do trabalho pelos senhores de terra, que exerciam grande poder sobre a população pobre e carente, somava-se aos longos períodos de estiagem que causavam intenso sofrimento à população. Esse contexto de opressão e abandono, agravado pela ausência de políticas públicas e pelas secas recorrentes, contribuiu para a emergência do cangaço como uma forma de resistência. Nilton Freixinho (2003) relata diversos fatores que deram origem ao “banditismo social”. Segundo ele:

Supreendentemente, a partir de certo momento, notadamente nas crises provocadas por secas prolongadas, esses bandos, armados e estruturados pelos próprios fazendeiros, tomam consciência de seu poder de fato, com base no trabuco e nos facões. Liberam-se da tutela do coronel. Emancipam-se. Para garantir a própria sobrevivência, passam a viver de assaltos e de roubos; atacam fazendas, povoados, cidades; sequestram gente de posses, exigindo resgate em dinheiro, necessário para a compra de armamento e munições; muitas vezes dividem o butim com os pobres; quando conveniente; ambas as partes entram no jogo de alianças: cangaceiros com a elite sertaneja; [...]

(Freixinho, 2003, p. 55).

A partir da citação supracitada, é possível compreender algumas das causas do surgimento do banditismo no sertão nordestino. Fenômenos naturais, como a escassez de água decorrente das secas prolongadas, levavam à perda das plantações, à morte do gado e à fome generalizada. Somado a isso, o regime de opressão imposto pelos coronéis gerava revolta entre os trabalhadores. Muitos, cansados da exploração e das injustiças, decidiram romper com a autoridade dos senhores de terra, organizando-se em grupos armados que sobreviviam de roubos e saques. Em algumas ocasiões, dividiam parte do que conquistavam com os mais pobres. Para Hobsbawm (1970, p. 25), o “banditismo social” representa “apenas uma forma primitiva de protesto social organizado, talvez a mais primitiva que conhecemos.”

Figura 4. Os retirantes. Candido Portinari.



Fonte: Café, livro e arte. Disponível em: <https://cafelivroearte.blogspot.com/2011/03/na-tela-e-gigantescos-murais-foi-o.html>. Acesso em: 21/07/2025.

A imagem acima é do quadro pintado por Cândido Portinari, pintor brasileiro, nascido em São Paulo, 1903. O desenho é um dos quadros que compõe A série "retirantes" feita entre 1944 e 1945, se aproxima do expressionismo ao retratar a miséria dos retirantes nordestinos.

Segundo Pericás (2010), a relação entre os poderes político e econômico, somada à atuação do sistema jurídico e policial da época em um espaço agrário desestruturado, foi suficiente para impulsionar o surgimento do “banditismo social” no sertão. “O Cangaço tinha como objetivo desafiar o poder estabelecido e buscar justiça social por meio de ações violentas. Seus ideais variavam, mas incluíam resistência aos abusos de poder, vingança pessoal e defesa dos mais pobres.” (Corti, 2023, p. 14).

Por outro lado, Luiz Bernardo Pericás (2010) apresenta alguns pontos divergentes sobre as causas do cangaço, argumentando que não foi o coronelismo, propriamente dito, o seu principal motivador. Segundo ele:

“..., há quem chegue a afirmar que o cangaço surgiu *exclusivamente* por causa do latifúndio, da propriedade privada e da necessidade do dono de terras do Nordeste de “controlar” e “reprimir” as populações rurais mais pobres da região. É bom lembrar que, ainda que o latifúndio, a propriedade privada e o desejo de “controle social” possam ser encontrados em todo os cantos do Brasil, tanto na de esfera pública como privada, não houve o aparecimento do cangaço (ainda que tenham ocorrido casos de outros tipos banditismo), ou fenômeno da mesma magnitude ou duração, em nenhuma outra região do país.” (Pericás, 2010, p. 30).

De acordo com o autor, o surgimento do cangaço não está necessariamente vinculado aos latifundiários, os chamados “coronéis”, embora essa relação seja apontada por alguns estudiosos como mecanismo de controle social. Ele destaca que, apesar de práticas de banditismo similares ocorrerem em outras regiões do Brasil, todavia o cangaço se destacou como um fenômeno singular em termos de abrangência e duração.

Frederico Pernambucano de Mello (2011) apresenta um olhar mais sociológico sobre o cangaço e sua influência. Segundo ele:

[...] o cangaço realizava os valores de uma sociedade peculiar em muitos de seus aspectos, abafada pelo isolamento, agredida por todo um conjunto de fatores naturais e sociais hostis, [...] negava ao homem maiores oportunidades de ascensão pelas vias ditas normais ou legais, fornecendo ao mesmo tempo a este homem uma via atapetada por inegável chancela natural – que era o cangaço – através da qual ele poderia saciar os humaníssimos requerimentos de mando, prestígio, patrimônio e notoriedade, exercendo uma “profissão” cheia de aventuras, nada monótona, sedutora mesmo, pelo que nela é oportunidade de protagonizar o épico tão do gosto do sertanejo. (Mello, 2011, pp.100-101).

Conforme a citação acima, o autor demonstra que o cangaço se tornou um meio de elevação para o homem sertanejo. Havia muitos aspectos atrativos que despertavam o interesse em viver a aventura de ser cangaceiro. Diante da sensação de impotência frente a oportunidades que pareciam inatingíveis, o sertanejo via no cangaço uma forma de ascensão social. Ainda que isolado e perseguido pelas circunstâncias que o cercavam, continuava acreditando no seu ideal.

Gustavo Barroso (1928), por sua vez, traz uma visão heroica dos cangaceiros. Em sua análise, ele afirma:

No seu modo de ver, é um herói, em primeiro lugar pela sua valentia, pelo número de mortes praticadas e pelos combates em que se cobriu de glória; em segundo lugar; é um perseguido merecedor de simpatia, um revoltado contra os governos, dos quais o matuto é fidalgo inimigo, porque, na sua miséria, no seu abandono, na sua ignorância, só chegam ao alcance de sua compreensão as duas faces antipáticas dos poderes públicos: a polícia e o imposto. (Barroso, 1928, p. 91).

De acordo com a citação acima, a visão que o autor apresenta dos cangaceiros está relacionada à bravura demonstrada nos combates por eles enfrentados, nos quais, muitas vezes, obtinham êxito. Também deveriam ser admirados por sua coragem ao se oporem ao Estado, diante da negligência governamental em não atender às necessidades do povo sofrido. Tal omissão agravava ainda mais o quadro de miséria, intensificado pelo uso da força policial e pela cobrança de altos impostos. “[...] os cangaceiros não eram vistos somente como bandidos, mas também como pessoas corajosas que lutavam por um objetivo maior, carregando os mesmos ideais e aflições da população” (Corti, 2023, p. 16).

Conforme visto até aqui, a pesquisa realizada sobre o banditismo estão baseadas em bibliografias, publicações científicas, tais como: artigos, dissertações, teses, resumos de obras historiográficas. A pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o cangaço. A análise de diversas fontes utilizadas possibilitaram a compreender a existência do banditismo no Nordeste brasileiro, suas causas e consequências durante o período estudado.

A historiografia do cangaço explora diversas perspectivas sobre suas origens e desenvolvimento, oferecendo uma compreensão ampla e multifacetada desse fenômeno. Obras como *Lampião: O Rei dos Cangaceiros*, de Billy Jaynes Chandler, e *Guerreiros do Sol*, de Frederico Pernambucano de Mello, oferecem visões detalhadas sobre a vida dos cangaceiros, suas motivações e as condições socioeconômicas que os levaram ao banditismo.

Essas obras destacam a figura de Lampião, um dos mais famosos líderes cangaceiros, e analisam como ele e seu bando se tornaram símbolos tanto de resistência quanto de violência no sertão nordestino. Billy Jaynes Chandler, em sua obra *Lampião: O Rei dos Cangaceiros*, apresenta uma análise minuciosa da vida do líder, explorando sua trajetória desde os primeiros passos até sua ascensão como figura incontestável do cangaço.

Chandler investiga as motivações pessoais de Lampião, incluindo questões de vingança, honra e sobrevivência, além de contextualizar suas ações dentro das adversidades socioeconômicas enfrentadas pelos sertanejos. Frederico Pernambucano de Mello, em *Guerreiros do Sol*, amplia essa análise ao examinar o cangaço como um fenômeno social mais amplo. Mello discute não apenas os líderes cangaceiros, mas

também as dinâmicas de poder, as alianças e as rivalidades que marcaram o movimento. Sua abordagem inclui uma visão detalhada das estratégias de guerrilha empregadas pelos cangaceiros, bem como as respostas das autoridades e das populações locais.

Além dessas obras fundamentais, Rui Facó, em *Cangaceiros e Fanáticos*, oferece uma perspectiva marxista sobre o cangaço, argumentando que esse fenômeno deve ser compreendido como uma forma de luta de classes. Facó analisa o cangaço como uma resposta direta às condições de extrema exploração e opressão impostas pelos latifundiários e pelas elites econômicas do sertão. Sua obra destaca a resistência dos cangaceiros como uma luta contra a injustiça social, apresentando-os como figuras que, apesar de suas ações violentas, buscavam uma forma de justiça em um ambiente marcado pela desigualdade e pelo abandono estatal.

Esses autores, ao trazerem diferentes enfoques e metodologias, enriquecem o debate historiográfico sobre o cangaço, permitindo uma análise mais completa e diversificada. As obras de Chandler, Mello e Facó, entre outras, oferecem um panorama abrangente que combina biografia, análise social e crítica econômica, proporcionando uma visão rica e detalhada das múltiplas facetas do cangaço e de seu impacto duradouro na história e na cultura do sertão nordestino.

Diante dessas questões historiográficas, utilizamos como método para a produção do produto o trabalho de pesquisas bibliográficas, que são diversas, impossível de abarcar todo conteúdo devido a quantidade obras publicadas. Ao longo do tempo surgiram outros meios de enriquecer o trabalho, foi a pesquisa realizadas em muitos periódicos, jornais de grande circulação no período, graças ao grande trabalho realizado pela Biblioteca Digital Nacional, tivemos acesso a muitos exemplares de diversos jornais de Pernambuco, bem como as diversas matérias relacionadas ao tema, apenas o Jornal do Commercio ainda fora digitalizado, porém, com a visita feita o Arquivo Público de Pernambuco, foi de grande valia poder folhear várias páginas do referido jornal e poder coletar mais informações úteis que vieram agregar a produção do trabalho. O método de consulta realizado nas fontes digitalizados foram muitos importantes, pois facilitou muito na pesquisa, ganhando tempo na coleta dos dados. Dessa forma pudemos também consultar o processo de Lampião no site do Memorial da Justiça de Pernambuco, cujo processo está relacionado as diversas fontes aqui já mencionadas, interligando e corroborando a historiografia produzida. A pesquisa foi realizada por meio da análise de publicações e

reportagens veiculadas em alguns jornais que circularam em Pernambuco durante o período compreendido entre 1922 e 1926. Foram utilizados exemplares do *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *Jornal do Commercio* e *Jornal Pequeno*, os quais relataram ações de grupos armados que atuavam em diversas cidades do Agreste, Sertão pernambucano e outras regiões do Nordeste, praticando diversos delitos. Embora o foco tenha sido esse período, conforme já mencionado anteriormente, o fenômeno do cangaço teve início muito antes. Além dos jornais, dedicamo-nos, particularmente, à análise do processo-crime de São José do Belmonte, com o objetivo de compreender os fatos ocorridos e confrontá-los com as versões divulgadas pela imprensa sobre a morte do coronel Luiz Gonzaga Gomes Ferraz.

A reportagem publicada no *Jornal do Recife* sobre o combate em São José do Belmonte em Pernambuco no ano de 1922 que descreve o assassinato do coronel Luiz Gonzaga Gomes Ferraz.

Durante visita realizada em 14 de outubro de 2024 ao Memorial da Justiça, em Recife/PE, com o intuito de consultar o processo de Lampião. O processo está digitalizado e disponível no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na página do Memorial da Justiça. Acessamos, então, o processo no qual Lampião aparece pela primeira vez como réu, juntamente com outros cangaceiros. O documento, com aproximadamente 1.400 páginas, descreve um dos primeiros homicídios cometidos por Lampião e seu bando na cidade de Belmonte, no interior de Pernambuco. As pesquisas nos jornais foram realizadas no site da Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca, onde encontramos diversas matérias relacionadas ao tema, bem como reportagens fundamentadas no objeto de estudo.

Figura 5: Fachada do prédio do Memorial da Justiça de Pernambuco



Fonte: Rede Memorial de Pernambuco. Disponível em:

<https://redememorialpernambuco.blogspot.com/2016/04/rede-memorial-de-pernambuco-realiza.html>.

Acesso em: 21/07/2025.

O Memorial da Justiça de Pernambuco está localizado na Av. Alfredo Lisboa, s/n, bairro do Brum, Recife/PE

Nesta pesquisa, foram utilizadas diversas fontes, incluindo documentos históricos, jornais da época, registros fotográficos e processos criminais, consultados no Memorial da Justiça de Pernambuco. A análise dessas fontes busca compreender a estrutura, organização e ações dos chamados “bandoleiros”, frequentemente mencionados nas manchetes da época. Diante dessas questões historiográficas, passamos a descrever as fontes arquivísticas consultadas nas instituições visitadas, conforme detalhado a seguir.

O Memorial da Justiça de Pernambuco, situado na capital pernambucana, no Cais do Apolo, tem se consolidado como um importante referencial: um espaço de saber humano e cultural, acessível a todos que desejam realizar pesquisas relacionadas a processos que registram informações sobre pessoas, cidades e acontecimentos. Trata-se de um acervo rico em dados, capaz de auxiliar aqueles que buscam investigar e

compreender fatos e atos históricos registrados nos documentos processuais. O Memorial da Justiça:

é o centro de memória do Poder Judiciário pernambucano. Vincula-se à Comissão de Gestão e Preservação da Memória do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desenvolvendo trabalhos nas áreas de museu e arquivo. Conta também com uma biblioteca especializada de apoio às suas atividades. Tem como função principal guardar, preservar, organizar e divulgar a documentação histórica da justiça pernambucana, de modo a disponibilizar seu acervo à pesquisa, tornando-o acessível ao público em geral. Funciona como espaço cultural do Poder Judiciário pernambucano na medida em que tem local reservado para exposições de arte e eventos relacionados com cultura.⁴

Conforme destacado, o Memorial da Justiça desempenha um papel relevante no conhecimento de documentação e de processos para fins de pesquisas que dispõe de um acervo preservado há mais de um século. Possui estrutura moderna, com equipamentos de última geração para digitalização e fotocópia de processos, e conta com um extenso número de documentos já digitalizados, facilitando o acesso aos pesquisadores. Além disso, realiza exposições artísticas voltadas ao público visitante.

No portal do memorial da justiça você terá acesso ao SIAM - Sistema de Inventário do Acervo Museológico, esse sistema disponibiliza o acervo dos móveis do Palácio da Justiça. Ao clicar no link você será encaminhado para a página do inventário onde poderá escolher qual tipo de consulta você irá realizar, desde artes visuais, construções, insígnias, objetos interiores do Palácio, medição e objeto cerimonial. Na Revista documental e Memória, poderá ser encontrados trabalhos divulgados em algumas áreas do conhecimento humano, como: Arqueologia, Biblioteconomia, História e Museologia. Na Guia de Fundos você poderá também encontrar informações sobre documentos e serviços prestados pelo centro de documentação à sociedade. No Memorial Digital está disponível um acervo de 500 processos judiciais criminais do período do Brasil Império, entre os anos de 1822 a 1899.

A área interna do Memorial de Justiça de Pernambuco possui um ambiente agradável e leve onde podemos apreciar alguns objetos e obras que ficam disponíveis ao expectador, além poder desfrutar do acervo documental que registra uma parte da nossa

⁴Fonte: Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/>. Acesso em 14/01/2025.

história que através das consultas e pesquisas nos levar a compreender o papel do Tribunal de Justiça de Pernambuco por mais dois séculos à serviço da sociedade.

Figura 6. Área interna do Memorial da Justiça de Pernambuco

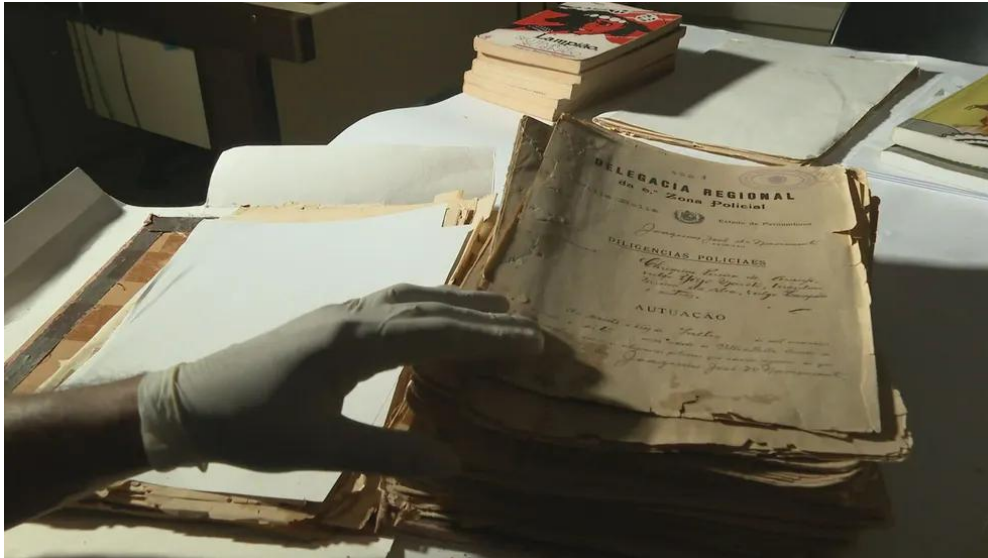


Fonte: Tripadvisor: Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g304560-d4377120-Reviews-Justice_Memorial-Recife_State_of_Pernambuco.html#/media/4377120/?albumid=-160&type=ALL_INCLUDING_RESTRICTED&category=-160. Acesso: 25/07/2025

Vemos acima uma parte da área interna do Memorial de Justiça de Pernambuco. Na parte superior podemos ver uma foto de alguns cangaceiros do grupo de Lampião. Ao lado temos uma imagem do Recife antigo e alguns móveis, ao centro uma maquete do Memorial de Justiça. Na área superior pudemos ver vários quadros com as fotos de alguns desembargadores – presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Podemos observar

uma mesa com suas cadeiras, estilo colonial. É maravilhoso e importante conhecer esse lugar cheio de riquezas culturais.

Figura 7. Processo de Lampião. Memorial da Justiça de Pernambuco



Fonte: g1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/10/19/processo-contracangaceiros-e-recuperado-em-pernambuco-e-coloca-lampiao-como-reu-pela-primeira-vez.ghtml>. Acesso em 16/01/2025

Consultamos o processo que leva o nome de Lampião, que trata do crime de Belmonte, em 1922. É nesse processo que Lampião aparece pela primeira vez como réu, junto com outros cangaceiros. O processo possui 1.400 páginas que descreve um dos primeiros homicídios cometido por Lampião e seu bando na cidade de São José do Belmonte, interior do Estado de Pernambuco. “Muitos foram os processos judiciais envolvendo cangaceiros em todo o sertão nordestino. Pernambuco, sem dúvida, foi dos estados do Nordeste que mais produziram ações judiciais no âmbito do cangaceirismo” (Antônio Neto, 2017, p.173).

Também foi feita uma visita no Arquivo Público de Pernambuco, localizado no centro do Recife – PE. O objetivo da visita foi para consultar e coletar algumas matérias publicadas no Jornal do Commercio, no tange que ação do banditismo, no ano de 1922, principalmente, concernente ao crime ocorrido em São José do Belmonte, em Pernambuco, visto que o referido jornal ainda não fora digitalizado para a Biblioteca Digital Nacional, a Hemeroteca. Foram fotografadas algumas páginas do mês de outubro

do referido ano, a fim de compor a pesquisa realizada. As visitas ao Arquivo Público de Pernambuco, atualmente, são feitas por agendamento, via e-mail, pelo atendimento@arquivopublico.pe.gov.br

Figura 8. Arquivo Público de Pernambuco



Fonte: UOL. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/opiniaovoz-do-leitor/2024/03/09/predio-do-arquivo-publico-de-pernambuco-esta-abandonado.html>. Acesso em: 21/07/2025.

O Arquivo Público de Pernambuco está localizado na Rua Imperador Dom Pedro II, 371 - Santo Antônio - Recife/PE - Cep 50010-240

O Arquivo Público de Pernambuco teve seu início no dia 4 de dezembro de 1945, tendo como fundador o desembargador de Pernambuco, José Neves Filho. O objetivo da criação do arquivo visava a preservação dos documentos produzidos pelas instituições públicas, além de outros materiais que serviriam como registro, descrição e fontes da nossa história, constituindo um acervo muito importante para o conhecimento das futuras gerações.

A partir de 1972 passou ser chamado de "Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano", em homenagem ao seu primeiro diretor, que passou 27 anos à frente da Instituição. De início o Arquivo funcionava no Palácio do Governo até 1975, todavia, devido o crescimento do acervo precisou buscar um prédio mais adequado e com espaço físico maior, sendo transferido para a atual sede, na Rua do Imperador, antiga Cadeia Pública, local onde foi preso Frei Caneca, por sua participação na Confederação do Equador.

O Arquivo Público guarda parte importante da história de Pernambuco em documentos, mapas, leis, jornais, livros e manuscritos preservados para garantir um futuro ao nosso passado. O acervo do Arquivo Público Estadual está em contínua expansão. E, para tornar o seu valioso conteúdo cada vez mais acessível, é preciso se manter em constante modernização.⁵

A utilização de jornais como fonte de pesquisa oferece aos estudiosos insights valiosos e amplia a compreensão sobre o tema proposto. Devido à grande quantidade de reportagens relacionadas ao período abordado, que compreende os anos de 1922 a 1926, foram selecionadas matérias publicadas no *Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*, *Jornal do Recife* e *Jornal do Commercio*. Os três primeiros periódicos foram consultados por meio do site da Biblioteca Digital Nacional - Hemeroteca, enquanto o último foi pesquisado presencialmente no Arquivo Público de Pernambuco. Considerando que as matérias eram publicadas diariamente, não seria viável coletar todas as reportagens pertinentes ao tema, pois isso exigiria a análise de centenas de páginas, o que inviabilizaria a consulta completa.

Assim, para fins desta pesquisa, foram selecionadas informações que consideramos relevantes ao tema e que contribuíram diretamente para o desenvolvimento e a produção do presente trabalho. Grande parte das informações coletadas nesses periódicos está relacionada a fontes bibliográficas, historiográficas e processuais que também foram consultadas e utilizadas na elaboração do produto final: o almanaque.

⁵Disponível em: <https://arquivopublico.pe.gov.br/institucional/o-arquivo-publico-estadual>. Acesso em: 30/09/2025.

3 DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Existem diversos formatos de produtos capazes de transmitir conhecimento histórico ou de caráter humano, como livros, revistas, jornais, documentos, HQs (histórias em quadrinhos), e-books (livros digitais), almanaques, entre outros. O resultado deste estudo será apresentado no formato de um almanaque, que oferece uma abordagem variada e abrangente, permitindo ao leitor uma visão panorâmica sobre as características do cangaço.

Apresentaremos uma análise clara e fundamentada sobre o cangaço, desvendando suas causas e consequências, e oferecendo uma compreensão mais aprofundada sobre a verdadeira natureza desse fenômeno histórico. Utilizaremos, como fontes, processos judiciais e jornais da época, com o foco em um episódio ocorrido no município de Belmonte, em Pernambuco, protagonizado por um dos mais emblemáticos cangaceiros: - Lampião.

Analizando sobre a contribuição que esse formato traria diante do tema proposto, devido as suas diversas características peculiares e pertinentes ao objeto de estudo, pois, o almanaque traz em seu bojo um leque de assuntos a ele relacionado que serão apresentados neste relatório. O almanaque é um produto de grande relevância para o conhecimento humano, embora envolva diversos temas e matérias, tem o seu valor cognitivo e pedagógico, sendo tratado com uma mini-enciclopédia, não deixa de ter seu tesouro científico para o enriquecimento da sociedade no que tange aos estudos sociais.

Ao refletirmos sobre a contribuição que o formato do almanaque pode oferecer ao tema proposto, observamos diversas características peculiares e pertinentes ao objeto de estudo. O almanaque, por sua natureza, abrange um leque variado de assuntos correlatos, que serão apresentados neste relatório. Trata-se de um produto de grande relevância para o conhecimento humano.

De acordo com Marteleto e Dourado (2019):

Almanaques são pequenas ou grandes brochuras, escritos populares de tempo secular, publicados desde o século XV, na Europa, produzidos e difundidos mundialmente. Cada país tem uma história de almanaques. No Brasil os de maior circulação foram os almanaques de farmácia. Dentre eles o mais popular foi o do Biotônico Fontoura. Eram publicados pelos laboratórios farmacêuticos e distribuídos pelas farmácias. (...) a sua feição compósita mesclando saberes populares,

informação, científica, literatura e poesia, curiosidades, receitas culinárias, conselhos e ensinamentos de saúde, credences e religiosidades, humor, jogos. Em suma, o que tem permanência e movimento na vida, em todos os tempos. (Marteleto e Dourado, 2019, pp. 2,4).

Como se observa na citação acima, os almanaques exercem papel relevante na construção histórica das sociedades, ao trazerem contribuições múltiplas ao conhecimento social. Seu vasto conteúdo pode ser aproveitado por diferentes camadas sociais, em diversos lugares e épocas.

Patrícia Trindade Trizotti (2008), ao analisar os primeiros almanaques brasileiros, afirma que eles:

(...) tornam-se inventários minuciosos acerca dos pormenores da vida cotidiana de muitas cidades, além de abarcar ainda personagens mais específicos, com a nomeação de pessoas ilustres das localidades, que tiveram ligação não só com o financiamento do café e estradas de ferro, mas também acionistas de casas bancárias e ligados à produção intelectual da época. (Trizotti, 2008, p. 31).

Percebemos o quão importantes são os almanaques, pois abordam uma série de temas relacionados à vida cotidiana, contemplando diversos aspectos que envolvem o dia a dia das pessoas e da sociedade em geral, desde o comércio e a indústria local até as condições socioeconômicas e as novidades que surgem ao longo do tempo.

Um almanaque é uma publicação que compila uma variedade de informações e conteúdos sobre temas distintos. Pode incluir dados históricos, curiosidades, dicas práticas, previsões meteorológicas, entre outros. Os almanaques são conhecidos por serem informativos e acessíveis, apresentando informações de maneira interessante e fácil de compreender. Como bem afirmou Eça de Queirós (2002, p. 13): “[...] Almanaque se proclama ‘enciclopédico’ porque nele se reelabora um saber amplo e plural, mas não um saber pesado de erudição e esmagador de dimensão.” Segundo Dourado (2018, p. 35), “almanaques são documentos de informação e de comunicação da cultura popular, abrangendo diferentes saberes e formas de escrita, tais como ciência, literatura, poesia, história, religião, credences populares, etc.”

Como bem afirma Joseilton Rodrigues Barbosa (2022), o almanaque:

Valendo-se de um repertório sortido e acessível, com uma comunicação relacionada diretamente ao apelo lúdico de ilustrações, os periódicos eram assimilados tanto por aqueles leitores que estavam em processo de

alfabetização quanto por aqueles sem letramento. (Barbosa, 2022, p. 100).

Percebemos, portanto, que o almanaque permite um acesso amplo, pois sua estrutura é diversificada no que se refere às informações nele contidas. Isso ocorre porque ele não apresenta apenas conteúdos textuais, mas também é repleto de ilustrações e imagens, elementos que facilitam a transmissão e a comunicação de suas ideias, mesmo para os leitores iletrados.

Ao tratar das características e do conteúdo do almanaque, Stella Moreira Dourado (2018) descreve como essa publicação contribui para a construção da história na memória popular. Segundo a autora:

Uma das características mais marcantes do almanaque é de ser um instrumento de registro e perpetuação de memórias. [...] Os conteúdos de história no almanaque mantêm os acontecimentos históricos presentes na memória popular. Esses acontecimentos são transmitidos geralmente por meio de narrativas. [...] As narrativas são oriundas da tradição oral que por muitos séculos foi o meio de transmissão de conhecimentos para as gerações futuras. Por meio da memória, pode-se conservar as narrativas e permitir que o indivíduo se torne um depositário de recordações e, conseqüentemente, possa transmitir essas recordações aos seus descendentes. (Dourado, 2018, p.37).

Como podemos perceber, o almanaque tem se tornado uma ferramenta indispensável e importante para guarda e perpetuação da memória o que foi escrito ao longo da vida. As informações nele contidas se fazem presentes nos registros das histórias populares, que vão se passando de geração a geração através das narrativas contadas por meio da “tradição oral” e transmitidas as futuras gerações. É através da memória que se mantêm e se preservam vivas essas narrativas, fazendo com que cada pessoa seja um baú de tesouros do conhecimento, enriquecendo o saber humano por meio das recordações transmitidas aos seus descendentes. “Com o surgimento da escrita, aumenta-se a capacidade de armazenamento de informações, e, conseqüentemente, de memória.” (Dourado, 2018, p. 38).

O formato do almanaque oferece ao leitor acesso a diversos conteúdos sem exigir um conhecimento aprofundado das letras, o que, ao invés de causar desinteresse, desperta prazer e curiosidade. Fornece elementos panorâmicos sobre determinados assuntos, incentivando o aprofundamento no tema abordado. Eça de Queirós destaca a importância dos almanaques na construção do conhecimento:

Se no século XIX despontam os primeiros alvares da democratização da cultura, é nele também que as ideologias explodem de forma irreversível; e também nesse domínio os almanaques desempenham um papel importante, pela capacidade que possuem de penetrar em zonas de insinuação ideológica que de outro modo seriam difíceis de devassar [...] (Queirões, 2002, p. 12).

De acordo com Trizotti (2008, p.310-311): “pesquisar almanaques propicia ainda reconstruir o passado por meio de imagens presentes em muitos deles. Algumas imagens são praticamente pouco conhecidas, na representação atual de determinados local ou momento.”

É a partir dessas imagens que passamos a entender certos hábitos e costumes de determinadas sociedades, sejam elas urbanas ou rurais, por meio das descrições fornecidas, direta ou indiretamente, e que revelam o cotidiano das pessoas, conforme os estudos apresentados (Trizotti, 2008).

Dentre as diversas formas de almanaques existentes, todas contribuem de modo significativo para a formação dos leitores e para a construção da história da leitura no Brasil. Como bem afirma Patrícia Trindade Trizotti:

As possibilidades de pesquisa em cima dessa forma de impresso, sejam eles, almanaques de cunho farmacêuticos, administrativos, literários etc, contribuem para formar a história da leitura e leitores no Brasil, pois é inegável que não só aqui, mas no mundo, os almanaques fizeram parte da vida de várias pessoas, apresentando duas faces, não só uma histórica e de reconstrução do passado, mas uma saudosa, de reaproximação com um passado já vivido, mas sempre atual. (Trizotti, 2008, p. 311).

Os almanaques foram objetos relevantes de pesquisa para a formação educacional brasileira, tornando-se um tipo de diário na vida das pessoas. Não apenas por seu valor histórico e por resgatar um passado que por vezes parecia apagado, mas também como um meio de levar os leitores a se reencontrarem com um *modus vivendi* revivido.

De acordo com Stella Moreira Dourado (2018), os almanaques:

Foram mudando ao longo do tempo, de acordo com seus ambientes culturais e sociais, mas nunca deixaram de ser um manual prático de informação que reúne o conhecimento científico e técnico, a literatura, a poesia, a religiosidade, a arte, as crendices e saberes populares. Podem assim ser chamados de ‘enciclopédias populares’. (Dourado, 2018, pp. 35, 36).

Mesmo diante das mudanças ocorridas nos almanaques ao longo da história e em

diferentes contextos sociais, eles não perderam sua característica essencial e sua utilidade como guias práticos. Seu conteúdo abrange um campo diversificado de conhecimentos, sendo uma ferramenta de aprendizado valiosa para os leitores interessados em temas das ciências humanas. Ainda que apresentados de forma condensada, os almanaques continuam sendo úteis, pois retratam um universo cotidiano, refletindo a vida da população inserida nesse tipo de publicação, razão pela qual são considerados verdadeiras “enciclopédias populares”.

4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Tendo como recorte espaço-temporal o sertão pernambucano, no período de 1922 a 1926, e utilizando como fontes documentais jornais periódicos, processos criminais, material historiográfico e iconográfico. Este trabalho apresenta, como produto final, um almanaque.

A escolha do almanaque como formato de apresentação se deu por ser o que melhor se adequa ao tema proposto, pois reúne uma variedade de elementos e informações, tanto textuais quanto ilustrativas, sobre o universo do cangaço. Embora apresentado de forma sucinta, busca despertar o interesse dos leitores. A mescla entre imagens e textos proporciona uma leitura mais prazerosa e uma melhor compreensão do que foi o fenômeno do cangaço.

O almanaque estará dividido em tópicos, organizados e descritos na seguinte ordem:

- 1) **Apresentação:** Apresentaremos uma visão panorâmica sobre o cangaço. Definições e origem do cangaço. Neste tópico, explicaremos o que foi o cangaço, suas origens socioeconômicas e políticas, além da região em que se desenvolveu.
- 2) **O banditismo na imprensa pernambucana (1922 – 1926):** Análise da forma como o banditismo foi retratado pela imprensa pernambucana no período indicado.
- 3) **Coronel Luiz Gonzaga Gomes Ferraz:** Breve biografia e contextualização do papel do coronel no cenário do cangaço.
- 4) **Combate de Belmonte (1922):** Abordaremos o episódio conhecido como “Combate de Belmonte”, que resultou na morte do coronel Luiz Gonzaga Ferraz e de outras pessoas.
- 5) **Processo-crime de Belmonte:** Análise do processo judicial referente ao combate de Belmonte, com foco na denúncia e nos envolvidos.
- 6) **Governo de Sérgio Loreto – Vida e obra:** Estudo da trajetória política e administrativa de Sérgio Loreto, destacando sua atuação durante o período.
- 7) **Campanha de combate ao banditismo no Nordeste:** Exame das ações e estratégias empregadas pelo governador Sérgio Loreto e forças locais para conter o cangaço.

- 8) **Linha do tempo do cangaço (1922–1926)** : Apresentação cronológica dos principais eventos relacionados ao cangaço nesse período.
- 9) **Considerações finais:** Reflexões sobre os temas abordados ao longo do trabalho e sua relevância histórica.
- 10) **Anexos:** O primeiro anexo é um relatório do ex-governador Pernambuco Sérgio Loreto de 1926. O relatório é um balanço do seu trabalho durante seu governo, fazendo menção de diversas obras realizadas no Estado, e principalmente no que se refere ao combate do banditismo. Realizando convênios com os Estados vizinhos e no aumento do efetivo da força de segurança. O segundo anexo é uma poesia sobre o “cangaceiro” *Postais da minha terra* (1975), do trecho do livro “O cangaço no poesia brasileira” de Newton Júnior. A poesia descreve a trajetória do cangaceiro, enfrentando diversas situações que deram causas para tal destino, desde fatores, econômicos, sociais, políticos e ambientais.
- 11) **Bibliografia:** Relação das fontes utilizadas na elaboração do estudo.

5 APLICAÇÃO DO PRODUTO

A aplicação do produto é voltada a um público mais amplo, já que o tema não se restringe apenas ao meio acadêmico. Leitores diversos , incluindo pesquisadores, historiadores e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, têm demonstrado interesse pelo universo do cangaço. Esperamos que este trabalho funcione como uma pequena trilha, conduzindo os leitores a caminhos mais profundos na busca pelo conhecimento desse fenômeno histórico.

Oferecer uma versão gratuita do almanaque pode ser uma excelente forma de torná-lo acessível a todos. Essa versão poderá ser disponibilizada em formato digital, o que facilitará seu acesso e distribuição. Ela poderá conter uma seleção dos conteúdos mais relevantes e instigantes, incentivando os leitores a se aprofundarem ainda mais no tema.

Embora o formato e-book seja prático para a leitura digital, a possibilidade de impressão também representa uma vantagem adicional. Permite que se imprimam seções do almanaque, o que pode ser útil para estudos offline, anotações e consultas rápidas, sem depender de dispositivos eletrônicos. Essa opção é especialmente valiosa para aqueles que preferem materiais impressos para leitura ou estudo.

A presença de almanaques em bibliotecas escolares também cumpre um papel importante no apoio ao ensino e à pesquisa. Professores podem utilizá-los como material de referência para enriquecer suas aulas, enquanto os alunos podem usá-los como suporte para projetos e trabalhos escolares. A inserção de almanaques atualizados e bem organizados garante aos estudantes o acesso a fontes confiáveis e variadas, fundamentais para uma pesquisa de qualidade.

Em suma, os almanaques representam uma valiosa contribuição às bibliotecas escolares, oferecendo uma fonte rica e diversificada de conhecimento. Eles não apenas complementam o currículo escolar, mas também estimulam a curiosidade, incentivam a pesquisa e promovem o desenvolvimento intelectual dos alunos. Ao incorporá-los em suas coleções, as bibliotecas reforçam seu papel na educação contínua e na promoção de uma cultura de aprendizagem e descoberta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do cangaço é de grande relevância, o que se comprova por meio das centenas de obras já escritas, como trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses de doutorado e diversos livros publicados por autores brasileiros. Percebemos que ainda há muito a ser explorado nesse campo de estudo. Embora se trate de um tema vasto e aparentemente inesgotável, as novas pesquisas que surgem têm contribuído para a construção de um novo saber histórico. Este trabalho está inserido em uma temática que pode lançar luz sobre fatos inéditos e relevantes, contribuindo para uma melhor compreensão do que foi o banditismo no Nordeste.

Ao longo do texto, abordamos a etimologia do vocábulo *cangaço*, sua origem, e os fatores que propiciaram o surgimento de grupos de cangaceiros. Discorremos também sobre contextos políticos, sociais e econômicos que foram determinantes para o aparecimento do banditismo na região. Analisamos o processo-crime de Belmonte, que envolveu vários cangaceiros, dentre eles, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Nesse confronto, morreu uma das figuras mais influentes da cidade: o coronel Luiz Gonzaga Ferraz, além de outros participantes, tanto entre os cangaceiros quanto entre os soldados da volante.

Como produto, optamos pela criação de um almanaque, material que possui uma característica peculiar, distinta do formato tradicional dos livros. Embora contenha textos, o almanaque permite o uso de fotografias, imagens, gráficos e mapas, facilitando a compreensão do leitor por meio da iconografia e da leveza que seu formato proporciona. Trata-se de uma proposta menos linear, permitindo ao leitor escolher por qual capítulo ou seção deseja começar, de acordo com seu interesse.

O produto foi estruturado em tópicos organizados, com capítulos condensados, porém objetivos, acompanhados de imagens e ilustrações que estimulam e tornam mais agradável a leitura.

Durante a pesquisa, deparamos com diversas dificuldades. Uma delas foi o extenso universo de materiais disponíveis. Inicialmente, acreditávamos que havia poucos registros sobre o tema, mas nos surpreendemos ao encontrar um acervo bibliográfico riquíssimo: artigos, dissertações, teses e fontes documentais variadas, como jornais e processos judiciais. Outra dificuldade enfrentada foi o tempo, pois a dedicação à pesquisa exige muitas horas de leitura e análise, para que se atinja um resultado consistente. Mesmo

com planejamento, o processo de pesquisa é contínuo, envolvendo revisões, ajustes e reformulações constantes. Para quem deseja se aprofundar na temática do cangaço, ou em qualquer outra, é necessário planejamento.

Primeiramente, deve-se escolher um tema, elaborar um projeto alinhado ao objeto de estudo, reunir o material necessário (livros, revistas, documentos, etc.), realizar leituras, resumos, fichamentos e consultas em sites e blogs especializados. Embora esse processo seja trabalhoso, ele é extremamente enriquecedor. Ao longo da jornada de pesquisa, compreendemos que o conhecimento produzido vai além da dimensão intelectual: ele se torna uma contribuição social e um instrumento de desenvolvimento do saber humano.

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise detalhada sobre as origens e definições do cangaço. Estudamos diversos contextos relacionados ao fenômeno, com destaque para o processo-crime referente ao “Combate de Belmonte”, relacionando o fato noticiado pela imprensa à documentação judicial da época, complementado pela historiografia especializada. Também abordamos as convenções e campanhas promovidas pelo governador de Pernambuco, Sérgio Loreto, no combate ao banditismo, em articulação com outros governadores nordestinos. A escolha do almanaque como produto final teve como objetivo apresentar o tema de forma acessível e envolvente, visando despertar o interesse de leitores e estudantes. Acreditamos que o formato adotado favorece a leitura e a compreensão, por sua praticidade e clareza.

De modo geral, constatamos a amplitude do tema proposto. O cangaço não se limita a um episódio histórico: ele representa um fenômeno social multifacetado, com uma vasta gama de subtemas que enriquecem a construção da historiografia nordestina. Sua complexidade e riqueza de detalhes revelam uma história profundamente imbricada na cultura, na política e na memória do sertão.

DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890

CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

LIVRO I

Dos crimes e das penas

TITULO I

Da applicação e dos effeitos da lei penal

CAPITULO I

DO HOMICIDIO

Art. 294. Matar alguém:

§ 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circumstancias aggravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41:

Pena - de prisão celllular por doze a trinta annos.

Art. 39. São circumstancias aggravantes:

§ 4º Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frivolo;

§ 5º Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellir a offensa;

§ 7º Ter o delinquente procedido com traição, surpresa ou disfarce;

§ 11. Ter sido o crime commettido com arrombamento, escalada ou chaves falsas;

Art. 17. Os agentes do crime são autores ou cúmplices.

Art. 18. São autores:

§ 1º Os que directamente resolverem e executarem o crime;

§ 2º Os que, tendo resolvido a execução do crime, provocarem e determinarem outros a executal-o por meio de dadias, promessas, mandato, ameaças, constrangimento, abuso ou influencia de superioridade hierarchica;

§ 3º Os que, antes e durante a execução, prestarem auxilio, sem o qual o crime não seria commettido;

§ 4º Os que directamente executarem o crime por outrem resolvido.

Art. 19. Aquelle que matar, ou provocar alguém a cometer crime, é re

Fonte: D847 – Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm Acesso em: 02/08/2025

Vemos acima alguns trechos do Código Penal Brasileiro de 1890 que estava em vigor na época do episódio de Belmonte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2ª ed.). São Paulo: Massangana, 2001.
- AYMORE, Artur. *O outro olho de Lampião: A imprensa e o cangaceiro*. Piracicaba: Jacinth Editores, 2010.
- BARBOSA, J. R. *Almanaque como patrimônio afetivo: Colecionismo e autobiografia em Santa Inês*, Bahia. Salvador: UFBA, 2022.
- BARROSO, G. *Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros*. São Paulo: Proprietária, 1928.
- CHARTIER, R. *A História Cultura: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. Difel / Bertrand Brasil, 2002.
- CHIAVENATO, J. J. *Cangaço: a força do coronel*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CORTI, J. P. *O Novo Cangaço: Análise do novo fenômeno criminal que aterroriza a sociedade e gera novos desafios para Segurança Pública*. Pampa: UNIPAMPA, 2023.
- DOURADO, S. M. *O almanaque enquanto documento de informação e comunicação popular escrita: A coleção da família Carneiro Rezende. 2018*. Monografia (Especialização em Informação e Comunicação em Redes Sociais) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.
- FACÓ, R. *Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e lutas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972.
- FREIXINHO, N. *O sertão arcaico do Nordeste do Brasil: uma releitura*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- HOBBSAWN, É. E. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MACHADO, M. *Aspectos do Fenômeno do Cangaço no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Revista de História – USP, 1974.
- MARTELETO, R. M.; DOURADO, S. M. *Os almanaques e a circulação social dos objetos culturais: bibliografias, coleções, rastros de leitura*. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL A ARTE DA BIBLIOGRAFIA*, 5., 2019, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Edição Especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia. [S. l.: s. n.], 2019. p. 354-372.
- MELLO, F. *Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.
- MONTEIRO, H. D. M. *Nordeste Insurgente: (1850-1890)*. 3ª. ed. São Paulo: brasiliense, 1987.
- MOURA, P. *Lampião: A trajetória de um rei sem castelo*. Recife: Asnai, 2008.

- OLIVEIRA, A. *Lampião: Cangaço e Nordeste*. Recife: Mousinho, 1970.
- OLIVIERI, A. *Lampião e o Cangaço*. [S. l.]: Amazon Kindle, 2015.
- PERICÁS, L. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PHACLANTE, R.; PACHECO, J. *A música do cangaço. Suplemento Cultural: coletânea 1995*, [S. l.], jul. 2003.
- QUEIRÓS, E. d. *Almanaques*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- TELES, P. R. *O Cangaço e as representações do banditismo rural na obra: O Cabeleira*. 2009. [Tipo de trabalho - Dissertação/Tese/TCC?] – Universidade Federal de Sergipe, Maringá, 2009. (Informação "Congresso Internacional de História" não se encaixa neste formato, verificar se era um evento ou o tipo de trabalho).
- TORRES FILHO, G. *Pernambuco no Tempo do Cangaço: Antônio Silvino - Sinhô Pereira - Virgulino Ferreira "Lampião"*. Vol. 1. Recife: Bagaço, 2011.
- TRIZOTTI, P. T. *Almanaques: História, Contribuições e Esquecimentos*. Artigo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Assis - SP, 2008.

PERIÓDICOS:

- A OBRA ADMINISTRATIVA. Jornal Pequeno, Recife, 13 outubro 1924. 2. Disponível em:
<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=37338>>. Acesso em: 10 agosto 2025.
- BANDITISMO NO INTERIOR. Diário de Pernambuco, Recife, 01 fevereiro 1922. 4. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=campa%20contra%20o%20banditismo&pagfis=5752>. Acesso em: 9 agosto 2025.
- BOAS PERSPECTIVAS. Jornal Pequeno, Recife, 16 dezembro 1922. 1. Disponível em:
<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=34226>>. Acesso em: 10 agosto 2025.
- COMBATE AO BANDITISMO. Jornal Pequeno, Recife, 15 dezembro 1922. 3. Disponível em:
<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=34222>>. Acesso em: 10 agosto 2025.
- COMO SE FAZ UM CANGACEIRO. Jornal do Recife, Recife, 05 janeiro 1922. 2. Disponível em:
<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=84464>>. Acesso em: 10 agosto 2025.
- GOVERNO DO ESTADO. Diário de Pernambuco, Recife, 19 outubro 1926. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=18871>. Acesso em: 10 agosto 2025.

JORNAES DE HONTEM - A província. Diario de Pernambuco, Recife, 31 janeiro 1926. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=16866>. Acesso em: 10 agosto 2025.

LAMPIÃO. Jornal Pequeno, Recife, 10 abril 1926. 03. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&Pesq=%22bando%22&pagfis=39980>>. Acesso em: 10 agosto 2025.

O BANDITISMO NO INTERIOR. *Jornal do Recife*, Recife, 21 de outubro 1922. 3. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=Coronel%20Luiz%20Gonzaga%20Ferraz&pagfis=86403>. Acesso em 19 de agosto 2025.

O ASSASSINATO DO CORONEL LUIZ GONZAGA EM BELMONTE. *Jornal do Commercio*, Recife, out. 1922.

O ASSASSINATO DO CORONEL LUIZ GONZAGA, EM BELMONTE. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 outubro 1922. Acesso em: 13 maio 2025.

O BANDITISMO NO INTERIOR. *Diario de Pernambuco*, Recife, 17 fevereiro 1925. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=14128>. Acesso em: 10 agosto 2025.

O BANDITISMO NO INTERIOR. *Diario de Pernambuco*, Recife, 21 outubro 1922. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=7517>. Acesso em: 21 outubro 2025.

O BANDITISMO NO INTERIOR. *Diario de Pernambuco*, Recife, 27 março 1922. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=Lampi%20c3%a3o&pagfis=11564>. Acesso em: 09 agosto 2025.

O BANDITISMO NO INTERIOR. *Jornal do Recife*, Recife, 12 julho 1923. 6. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=88360>>. Acesso em: 10 agosto 2025.

O BANDITISMO NO INTERIOR. *Jornal do Recife*, Recife, 21 outubro 1922. 3. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=Coronel%20Luiz%20Gonzaga%20Ferraz&pagfis=86403>>. Acesso em: 10 agosto 2025.

O BANDITISMO NOS SERTÕES. Diário de Pernambuco, Recife, 29 agosto 1924. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=12775>. Acesso em: 10 agosto 2025.

O BANDITISMO REVIVE. Jornal do Recife, Recife, 17 fevereiro 1924. 1. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=90132>>. Acesso em: 09 agosto 2025.

O BANDITISMO. Jornal do Recife, Recife, 27 fevereiro 1925. 1. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=93208>>. Acesso em: 10 agosto 2025.

O CANGACEIRO "LAMPIÃO" E SEU BANDO. Jornal Pequeno, Recife, 03 julho 1925. 03. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pesq=Lampi%C3%A3o&pagfis=38600>>. Acesso em: 10 agosto 1925.

O CONGRESSO EM FUNÇÃO. Jornal do Recife, Recife, 07 março 1924. 01. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=90276>>. Acesso em: 09 agosto 2025.

OS CANGACEIROS. Jornal do Recife, Recife, 03 janeiro 1922. 2. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=86937>>. Acesso em: 09 agosto 2025.

POSSE DE SÉRGIO LORETO A GOVERNADOR DE PERNAMBUCO. Jornal do Commercio, Recife, p. 18, out. 1922.

PRISÕES IMPORTANTES. Jornal Pequeno, Recife, 14 março 1925. 3. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=38078>>. Acesso em: 10 agosto 2025.

REFREIANDO O CANGACEIRISMO. Jornal do Recife, Recife, 10 junho 1922. 1. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=%22cangaceiros%22&pagfis=88111>>. Acesso em: 09 agosto 2025.

REPRESSÃO AO BANDITISMO. Diário de Pernambuco, Recife, 28 junho 1923. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=9386>. Acesso em: 10 agosto 2025.

SÉRGIO LORETO. Jornal do Commercio, Recife, 18 outubro 1922. Acesso em: 13 maio 2025. Arquivo Público de Pernambuco.

VÁRIAS. Diário de Pernambuco, Recife, 09 junho 1923. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22banditismo%22&pagfis=9233>. Acesso em: 10 agosto 2025.

VÁRIAS. Diário de Pernambuco, Recife, 10 junho 1923. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=Lampi%20c3%a3o&pagfis=9241>. Acesso em: 09 agosto 2025.

VÁRIAS. Diário de Pernambuco, Recife, 19 janeiro 1922. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=BANDITISMO&pagfis=5657>. Acesso em: 10 agosto 2025.

SITES:

CARIRI CANGAÇO, 2018. Disponível em: <<https://cariricangaco.blogspot.com/2018/10/ta-chegando-sao-jose-de-belmonte.html>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CÓDIGO Penal Brasileiro. D847 – Planalto, 1890. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 01 ago. 2025.

MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/10/19/processo-contracangaceiros-e-recuprado-em-pernambuco-e-coloca-lampiao-como-reu-pela-primeira-vez.ghtml>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA - TJPE, 2024. Disponível em: <<https://portal.tjpe.jus.br/-/preservacao-e-memoria-tjpe-lanca-livro-sobre-o-palacio-da-justica-nesta-terca-feira-8/10->>. Acesso em: 04 ago. 2025.

PROCESSO DE LAMPIÃO. Memorial da Justiça de Pernambuco, 1922. Disponível em: <<https://portal.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/processo-de-lampiao>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SÉRGIO LORETO. Edmaryra. Disponível em: <<https://www.edmarlyra.com/o-promotor-sergio-loreto>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

TOK DE HISTÓRIA. Disponível: <https://tokdehistoria.com.br/2011/06/05/o-ataque-de-lampiao-a-belmonte/>. Acesso em: 13 de out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. MEMORIAL DA JUSTIÇA. A Justiça de Pernambuco e seu Palácio: inventário do acervo museológico dos bens móveis /. 1ª. ed. Recife: [s.n.], 2017.

SITES:

ALMANAQUE DE FARMÁCIA – *Almanaque Biotônico Fontoura – 1960*. Casa do colecionador. Disponível em: <https://casadocolecionador.com.br/produto/almanaque-de->

farmacia-almanaque-biotonico-fontoura-1960/?doing_wp_cron=1753149866.1712629795074462890625. Acesso em: 11/08/2025.

BOTTO, Benjamim Abrahão. *Maria Bonita e Lampião com seu bando de cangaceiros*. Instituto Moreira Salles, 1936. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/5247>. Acesso em: 11/08/2025.

G1. *Processo contra cangaceiros é recuperado em Pernambuco e coloca Lampião como réu pela primeira vez*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/10/19/processo-contra-cangaceiros-e-recuperado-em-pernambuco-e-coloca-lampiao-como-reu-pela-primeira-vez.ghhtml>. Acesso em: 11/08/2025.

O banditismo no Interior. *Jornal do Recife*, Recife, 1922, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20192&pesq=Coronel%20Luiz%20Gonzaga%20Ferraz&pagfis=86403>. Acesso em: 11/08/2025.

OUL. *Prédio do Arquivo Público de Pernambuco está abandonado*. JCPE, Recife, 2024. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/opiniaio/voz-do-leitor/2024/03/09/predio-do-arquivo-publico-de-pernambuco-esta-abandonado.html>. Acesso em: 11/08/2025.

REDE MEMORIAL DE PERNAMBUCO. *Rede Memorial de Pernambuco realiza reunião no Memorial da Justiça*. Recife, 2016. Disponível em: <https://redememorialpernambuco.blogspot.com/2016/04/rede-memorial-de-pernambuco-realiza.html>. Acesso em: 11/08/2025.

TIA GABI. *Candido Portinari: Na tela, e gigantescos murais, foi o primeiro a colorir nossos problemas sociais*. Café, livro e arte, 2011. Disponível em: <https://cafelivroearte.blogspot.com/2011/03/na-tela-e-gigantescos-murais-foi-o.html>. Acesso em: 11/08/2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. *Memorial da Justiça*. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/>. Acesso em: 11/08/2025.

BLOGS:

BLOG DO MENDES E MENDES. *É assassinado em Belmonte, por cangaceiros, o coronel*

Luiz Gonzaga – as declarações que nos fez o seu filho, José Gonzaga Gomes Ferraz. 2019.

Disponível

em:

<https://blogdomendesemendes.blogspot.com/search?q=LUIZ+GONZAGA+FERRAZ>. Acesso em 22/04/2025.